



ACADEMIA MILITAR

Emprego Tático de uma Companhia de Infantaria na Guerra Subversiva em Angola

**Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria
André Filipe Pinto da Fonseca**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos
Pires**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2012**



ACADEMIA MILITAR

**Emprego Tático de uma Companhia de Infantaria na
Guerra Subversiva em Angola**

**Autor: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria
André Filipe Pinto da Fonseca**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos
Pires**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2012**

Todo o homem que combate deve ter presente no espírito, para não se extraviar nem diminuir, que só vence bem quem vence com Honra, quer dizer, com verdade e com justiça: Faz-se mister usá-las para as poder exigir a todos, custe o que custar

Salazar

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu avô materno que me motivou a seguir a carreira militar, bem como a todos os militares que combateram na Guerra Colonial a lutar pela Pátria e que por ela deram a vida.

Agradecimentos

No encerramento deste trabalho de investigação, pretendia prestar os meus mais sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

Gostaria de agradecer ao orientador, Tenente-Coronel Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, pela exigência, dedicação e disponibilidade evidente em toda a realização deste trabalho.

Ao Arquivo Histórico Militar pela disponibilidade em facultar importantes elementos bibliográficos para este trabalho.

À Senhora Paula Franco, que desde do início deste trabalho se distinguiu pela pronta disponibilidade em auxiliar na pesquisa bibliográfica.

À Biblioteca do Exército, ao Instituto de Estudos Superiores Militares, à Escola Prática de Infantaria pela sua cooperação no fornecimento de elementos bibliográficos.

Aos camaradas PALOP, pelo auxílio na tradução de alguns termos africanos

Resumo

O presente relatório científico final do trabalho de investigação aplicada ostenta como tema principal “Emprego tático de uma companhia de infantaria na guerra subversiva em Angola” e resulta da manifestação do autor pelo interesse pela temática da Guerra Colonial, mas também pelo interesse da História Militar em geral.

A questão central abordada neste trabalho procura demonstrar de que forma uma companhia de infantaria, em especial as denominadas companhias de caçadores, atuavam na província ultramarina de Angola no combate às ações subversivas e, também, como estas atuavam junto das populações exercendo uma ação psicossocial, prestando apoio económico, educacional, religioso e sanitário, de modo a melhorar as suas condições de vida e assim adquirir a sua confiança.

No que diz respeito à metodologia aplicada a este trabalho, consistiu num estudo de caso enquadrado numa investigação histórica, deste modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre publicações da temática, e por se tratar do escalão companhia, procedeu-se à pesquisa de relatórios e histórias de unidades.

É possível concluir com este trabalho que a companhia de infantaria desempenhou um papel de extrema importância no combate às ações subversivas através de dois tipos distintos de ações ofensivas, como emboscadas e golpes de mão, e ações pelas populações, na forma da ação psicossocial.

Palavras – Chave: Angola, Companhia de Caçadores, Golpes de Mão, Emboscadas, Patrulhamentos, Ação Psicossocial

Abstract

This final scientific report of this master's thesis bearing as main theme "Tactical employment of an infantry company at subversive war in Angola" as consequence author's interest in the theme of the Colonial War, and also, for Military History in general.

The central question addressed in this paper seeks to demonstrate how a infantry company, specially the *Caçadores*, worked in the overseas province of Angola fighting subversive actions and also how these act with the populations were exerting a psychosocial action, providing economic, education, religious and health support, so as to improve their living conditions and to gain their trust.

Regarding the methodology applied in this essay, this was a framed case study in historical research, completed by a bibliographical research on thematic publications and, because the echelon chosen is the company level, research was issue on reports and memoirs of the units.

It is possible to argue that the infantry company played a very important role in the fight against subversive actions through offensive actions, such as ambushes and hand blows, and as a way to act on the people in the form of psychosocial action.

Keywords: Angola, *Caçadores*, Hand Blows, Ambushes, Patrols, Psychosocial Action

Índice Geral

Dedicatória	III
Agradecimentos.....	IV
Resumo.....	V
Abstract	VI
Índice de Figuras	X
Lista de apêndices e anexos	XI
Lista de Siglas Abreviaturas e Acrónimos	XII
Capítulo 1- Introdução	1
1.1 - Enquadramento da Investigação	1
1.2 - Importância da investigação	1
1.3 - Definição de objetivos	1
1.4 - Metodologia	3
1.5 - Estrutura do Trabalho	3
Capítulo 2 - Estado de Arte	5
Capítulo 3 - Portugal, a província ultramarina de Angola, as causas do início do conflito.....	7
3.1 - Influência Internacional	7
3.2 - O início do conflito	8
3.3 - Teatro de Operações de Angola.....	10
3.3.1 Terreno	10
3.3.2 - Inimigo.....	12

Capítulo 4 - Organização e preparação das forças portuguesas para o novo tipo de conflito.....	13
4.1 – Reorganização do Exército Português.....	13
4.2 - Organização	14
4.3 - Companhia – Escalão chave	15
4.4 - Treino e Preparação	17
4.5 - Material e Equipamento.....	18
Capítulo 5 - Possibilidades de emprego de uma Companhia de Caçadores em ambiente subversivo.....	21
5.1 - Infantaria ligeira.....	21
5.2 - Possibilidades de emprego de uma companhia de caçadores	22
5.2.1 - Defesa de pontos sensíveis/postos militares	22
5.2.2 - Proteção de itinerários.....	23
5.2.3 - Patrulhamento	24
5.2.4 - Limpeza de uma zona/povoação	25
5.2.5 - Golpe de mão	27
5.2.6 - Emboscada	28
5.3 - A importância do contato com as populações, a ação psicológica e a coordenação civil-militar.....	29
5.3.1 - Ação psicológica desenvolvida por uma companhia	30
5.3.2 - O sentimento da população para com as companhias “ de quadrícula”	32
Conclusões.....	34
Bibliografia.....	39
Apêndices	
Apêndice A - Organização da Companhia de Caçadores.....	Apêndice A – 1
Anexos.....	
Anexo A - Art.º 73 da Carta das Nações Unidas.....	Anexo A - 1
Anexo B - Altimetria de Angola	Anexo B - 1
Anexo C - Quadrícula	Anexo C - 1
Anexo D - Armamento anterior à Guerra Colonial.....	Anexo D - 1

Anexo E - Armamento após o início da Guerra Colonial	Anexo E - 1
Anexo F - Ação Psicossocial.....	Anexo F -1
Anexo G - Missões de unidades de quadrícula e de intervenção	Anexo G - 1
Anexo H - Apoio às Populações	Anexo H - 1

Índice de Figuras

Fig. 1-Organização da Companhia de Caçadores.....	Apêndice A - 1
Fig. 2- Altimetria de Angola.....	Anexo B - 1
Fig. 3 - Sistema de Quadrículas.....	Anexo C - 1
Fig. 4 – Espingarda 7,92mm m/937 Mauser	Anexo D - 1
Fig. 5 - Metralhadora ligeira 7,92 mm m/938 Dreyse.....	Anexo D - 1
Fig. 6 - Metralhadora ligeira 7,9mm m/930-41 Madsen.....	Anexo D - 1
Fig. 7 - Metralhadora 7,92mm m/938 Breda.....	Anexo D - 2
Fig. 8 - Metralhadora pesada 12,7mm M/955 Browning M2.....	Anexo D - 2
Fig. 9 - Morteiro Ligeiro 60mm M2 M/965	Anexo D - 2
Fig. 10 - Morteiro 81mm.....	Anexo D - 2
Fig. 11 - Espingarda 7,62 m/961 G3	Anexo E - 1
Fig. 12 - Espingarda de Assalto 7,62 M/961 FN FAL.....	Anexo E - 1
Fig. 13 - Espingarda de Assalto 7,62mm m/961 AR-10.....	Anexo E - 1
Fig. 14- Metralhadora Ligeira 7,62mm m/963 HK21.....	Anexo E - 1
Fig. 15 - Metralhadora 7,62mm m/962 MG42.....	Anexo E - 2
Fig. 16 - Pistola-metralhadora 9mm m/948 FBP.....	Anexo E - 2
Fig. 17 - Pistola-metralhadora 9mm m/961 UZI.....	Anexo E - 2
Fig. 18 - Pistola 9mm m/961 Walther.....	Anexo E - 2
Fig. 19 - Ação Psicossocial.....	Anexo F - 1
Fig. 20- Missões das unidades.....	Anexo G - 1
Fig. 21 - Apoio educacional.....	Anexo H - 1
Fig. 22 - Melhoramento das condições de vida.....	Anexo H - 1
Fig. 23 - Melhoramento das condições de vida.....	Anexo H - 2
Fig. 24 - Apoio Sanitário.....	Anexo H - 2

Lista de apêndices e anexos

Apêndices

Apêndice A - Organização da Companhia de Caçadores.....Apêndice A – 1

Anexos

Anexo A - Art.º 73 da Carta das Nações Unidas.....Anexo A - 1

Anexo B – Altimetria de Angola..... Anexo B - 1

Anexo C – Quadricula..... Anexo C - 1

Anexo D - Armamento anterior à Guerra Colonial Anexo D - 1

Anexo E – Armamento após início da Guerra Colonial..... Anexo E – 1

Anexo F – Ação Psicossocial..... Anexo F - 1

Anexo G – Missões da Unidade de quadricula e de intervenção. Anexo G - 1

Anexo G – Apoio às populações..... Anexo H - 1

Lista de Siglas Abreviaturas e Acrónimos

BCaç – Batalhão de Caçadores
BCaçE - Batalhão de Caçadores Especiais
CCaç – Companhia de Caçadores
CCS – Companhia de Comando e Serviços
CECA - Comissão para o Estudo das Campanhas de África
CIOE – Centro de Instrução de Operações Especiais
CSR – Canhão Sem Recuo
FA – Forças Armadas
FBP – Fábrica de Braço de Prata
GRC - Grupo de Combate
HEAT – High Explosive Anti-Tank
HK – Heckler & Koch
IN - Inimigo
LGF – Lança Granadas Foguete
ML – Metralhadora Ligeira
MP – Metralhadora Pesada
MPLA – Movimento Popular da Libertação de Angola
NATO – North Atlantic Treaty Organization
NE – Nordeste
NEP – Norma de Execução Permanente
NT – Nossas Tropas
ONU – Organização das Nações Unidas
PM – Pistola-metralhadora
SW - Sudoeste
TO – Teatro de Operações
TTP – Técnicas, Táticas e Procedimentos
UPA – União dos Povos de Angola

Capítulo 1

Introdução

1.1 - Enquadramento da Investigação

No âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria, é desenvolvido o presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Este representa um dos momentos mais importantes no desenvolvimento académico de um Aluno da Academia Militar, pois é o culminar de um curso de cinco anos, dando a possibilidade deste escolher um tema que seja do seu interesse ou que deseje aprofundar mais o seu conhecimento.

O tema abordado no presente trabalho engloba-se no âmbito da História Militar e tem como tema principal a Guerra Colonial durante os anos de 1961 a 1975, que constituiu o último grande conflito em que o Exército Português participou de forma isolada. Procura-se assim dar a conhecer uma parte da História de Portugal e do seu Exército num passado recente.

1.2 - Importância da investigação

A importância deste trabalho de investigação consiste em demonstrar o modo como o Exército Português sentiu a necessidade de modificar a sua doutrina convencional, essencialmente desenhada para um possível conflito simétrico na Europa, e após verificar a sua ineficácia no combate aos movimentos de libertação, para uma nova doutrina que recorria à infantaria ligeira para combater o inimigo assentando num novo conjunto de táticas.

1.3 - Definição de objetivos

Pretende-se mostrar o modo como o Exército português se viu forçado a mudar a sua doutrina convencional, que no início do conflito se demonstrou desadequada contra os movimentos de libertação existentes nas províncias ultramarinas, para uma doutrina destinada a fazer face a uma guerra subversiva que foi um dos fatores que levou o Exército a aprofundar a sua reestruturação.

Delimitou-se o presente trabalho, ao Teatro de Operações de Angola, onde se iniciou este conflito e que constituiu como o primeiro laboratório onde se aplicou a nova doutrina.

Para além de concentrar o trabalho em Angola, convergiu-se o mesmo para as unidades de escalão companhia que, como se pretende demonstrar, constituiu um escalão base no conflito. Destacam-se as companhias constituídas por militares provenientes da arma de infantaria “ligeira”, em especial as denominadas por Caçadores, devido à sua elevada mobilidade.

Por último, além do Teatro escolhido, Angola, e do escalão elegido para trabalhar, a companhia, fizemos uma última delimitação ao tema, que foi o de abordar, exclusivamente, o nível tático na sua atuação, ou seja, apenas recorreremos a elementos da política e da estratégia para enquadrar a ação mas dedicamos o nosso estudo apenas aos elementos de nível tático.

Deste modo, este trabalho de investigação tem como questão central *“Quais as opções de emprego tático possíveis de uma companhia de infantaria no âmbito da guerra contra subversiva no TO de Angola no conflito ultramarino de 1960-75?”*.

Para compreender melhor a questão central, este trabalho propõe algumas perguntas derivadas, procurando dar um encadeamento a toda esta investigação.

Relativamente ao período anterior desenvolveu-se a seguinte questão derivada *“Qual a doutrina em vigor para uma unidade de escalão companhia?”*.

Com uma nova doutrina desenvolveu-se a seguinte questão derivada *“Quais as adaptações que foram realizadas após a introdução da nova doutrina para uma unidade de escalão companhia?”*.

No âmbito da nova doutrina desenvolveu-se a seguinte questão derivada *“Quais as técnicas, táticas e procedimentos utilizadas para uma unidade de escalão companhia?”*.

Por último, tendo a companhia e a doutrina da guerra subversiva *“Que tipo de operações foram efetivamente utilizadas por uma unidade de escalão companhia?”*.

1.4 - Metodologia

O presente trabalho, de acordo com Carmo e Ferreira (1998), classifica-se como uma “Investigação histórica” uma vez que se baseia num “...estudo (...) de acontecimentos passados.” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 211), procurando responder a uma questão central e a algumas questões derivadas.

Contudo este trabalho, de acordo com os mesmos autores, também se enquadra num “Estudo de Caso” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 216), uma vez que no global da investigação se pretende “...responder a questões de “como” e “porquê”...” onde não se torna possível “...exercer controlo sobre acontecimentos e o estudo focaliza-se na investigação de um fenómeno atual no seu próprio contexto (...) é a explicação de acontecimentos...” (Yin, 1988 como citado em Carmo & Ferreira, 1998, p. 216).

Por sua vez, de acordo com Maria-Fanienne Fortin (1999), este trabalho é considerado como “...um estudo de caso sem experimentação...” (Fortin, 1999, p. 165) cuja finalidade visa “...apreender suficientemente o assunto em estudo para transmitir toda a sua complexidade de uma forma narrativa.” (Fortin, 1999, p. 165).

Uma vez que se trata de um trabalho de investigação no âmbito da história a aquisição de dados centrou-se na consulta e “...recolha de documentos de forma textual...” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 202) nas bibliotecas da Academia Militar, do Exército, do Instituto de Estudos Superiores Militares, bem como em relatórios de unidades e operações no Arquivo Histórico Militar.

1.5 - Estrutura do Trabalho

O presente trabalho de investigação foi organizado de forma a permitir ao leitor uma melhor compreensão do tema.

Numa primeira parte, pretende-se efetuar uma contextualização histórica onde se irá elucidar sobre acontecimentos que precederam a Guerra Colonial e que estiveram na origem de movimentos independentistas, bem como uma breve caracterização do teatro de operações de Angola, e demonstrar que este foi influenciador da forma como as forças portuguesas atuavam.

Posteriormente pretende-se abordar de que forma a companhia de infantaria se encontrava organizada para este novo conflito e que armamento dispunha para realizar as

operações. Uma vez conhecida a sua organização, pretende-se elucidar que operações eram desenvolvidas para combater as ações subversivas, bem como se realizava a ação psicológica, ou de forma mais abrangente, a ação psicossocial, um campo que se mostrou bastante importante, e que permite entender a interação com as populações.

Capítulo 2

Estado de Arte

O presente trabalho de investigação aplicada tem como tema central a Guerra Colonial e o emprego de companhias de infantaria no teatro de operações de Angola, quer no desempenho das operações quer num âmbito específico, o da ação psicológica.

Apesar de constituir um período recente da história de Portugal, de 1961 a 1975, a informação existente é bastante vasta contudo, sendo o objeto deste trabalho a companhia de caçadores e as suas formas de emprego ao nível tático, a informação encontra-se um pouco dispersa, sendo apenas encontrada em relatórios e histórias de unidades. .

Embora não existam obras específicas sobre o tema central que irá ser abordado, existem, no entanto, várias obras que o abordam, ainda que indiretamente ou centrados em diferentes análises, indicando a companhia como a unidade base e o modo de atuar em guerra contra subversiva.

A publicação do Estado-Maior do Exército de 1970, *Cadernos Militares nº6 - O Caso de Angola* descreve os eventos que antecederam, e as próprias ações de Março. Esta publicação ainda descreve as primeiras ações militares em Angola, o desenvolvimento da atividade rebelde no território bem com a passagem desta para o leste.

Relativamente à doutrina que foi concebida para esta nova tipologia de conflito encontra-se descrita no Manual elaborado pelo Estado-Maior do Exército de 1966, *O Exército na Guerra Subversiva* constituído por cinco volumes, contudo para este trabalho apenas foram utilizados o volume I, II e III

O *volume I – Generalidades*, que descreve a guerra subversiva e a forma de a combater.

O *volume II – Operações contra bandos armados e guerrilhas* que descreve a tipologia de operações que as unidades podem efetuar e ainda descreve de uma forma geral o escalão companhia como sendo o escalão indicado para a guerra subversiva

O *volume III – Ação Psicológica* que descreve umas noções gerais de âmbito da psicologia, de que formas se pode exercer esta ação e ainda as vertentes da ação social.

Outra publicação do Estado-Maior do Exército foi elaborada pela Comissão para o Estudo das Campanhas de África denominada por *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* com o 1º volume – *Enquadramento Geral*, 2º volume – *Dispositivo das Nossas Forças – Angola*, 6º volume *Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola – livro 1*, e *Subsídios Para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*.

O 1º volume – *Enquadramento Geral* faz uma descrição de como o Exército se encontrava organizado nos três teatros de operações, assim como a nível de pessoal, material, instrução e ação psicológica.

O 2º volume – *Dispositivo das Nossas Forças – Angola*, faz uma descrição pormenorizada sobre o teatro de operações de Angola assim como contém algumas cartas de situação desde o início do conflito até ao seu término.

O 6º volume - *Aspectos da Actividade Operacional, Tomo I, Angola – livro 1*, faz uma exposição dos acontecimentos em Angola que antecederam a guerra, assim como esta se desenvolveu, e ainda refere a companhia como o escalão principal na manobra.

Por último a publicação *Subsídios Para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*, descreve conceitos subjogados à subversão ao nível estratégico, a nível tático e logístico, referindo ainda como o Exército deve atuar na contra subversão, fazendo ainda referência à inadequação do escalão batalhão na guerra subversiva tornando, deste modo, a companhia o escalão elementar.

Uma obra que retrata o modo como o Exército Português fez a guerra nas suas províncias é a de John P. Cann, *Contra-Insurreição em África - O Modo português de Fazer a Guerra*, procurando comparar as particularidades do Exército Português, considerando uma particularidade o uso da companhia como escalão base, com outros exércitos que se debateram em conflitos semelhantes.

Com as comemorações dos 50 anos do início do conflito, foi publicado, em 2011, *Os Anos da Guerra Colonial 1961.1975*, elaborado por Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. Estes autores permitem ao leitor seguir os detalhes dos acontecimentos mais importantes de forma cronológica intercalando-os com informações importantes visando compreender o conflito.

Por último a história da unidade do *Batalhão de Caçadores nº159, 1961 – 1962 – 1963*, que descreve a forma como o batalhão, através das suas companhias, desempenhou as suas missões em Angola, quer no âmbito de ações de combate quer no âmbito das ações psicossociais.

Capítulo 3

Portugal, a província ultramarina de Angola, as causas do início do conflito

Neste capítulo, pretende-se realizar uma breve descrição da conjuntura internacional da época e de que modo esta representou um factor especialmente influenciador sobre as populações das colónias portuguesas.

Esta influência potenciou o desenvolvimento de movimentos independentistas que procuravam junto da população ganhar o seu apoio para a luta da independência e autodeterminação. Contudo ainda existiu alguma influência interna que proporcionou o recurso à violência de modo a atingir os seus objetivos.

3.1 - Influência Internacional

Após a 1ª Guerra Mundial, ocorreram diversos congressos que promoviam a igualdade racial e a autodeterminação dos povos africanos e, de acordo com Luís Filipe Tavares Nunes (1999, p. 30), “...só entre as duas Grandes Guerras ocorreram quatro Congressos Pan-Africanos, cuja estratégia se baseava na não-violência e na defesa dos direitos dos negros...”.

Em 1955, é realizada na Indonésia, a Conferência da Bandung, que de acordo com Proença Garcia (1997, p. 45) “...foi o motor de arranque para modificações profundas e irreversíveis da própria estrutura da Sociedade Internacional.”, com o objetivo dos países asiáticos auxiliarem os países africanos na conquista da emancipação dos seus colonos.

É, também, nesta conferência que é feita uma “...adesão plena e inteira dos participantes à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem...” (Estado-Maior do Exército [EME], 1988, p. 48) e o colonialismo é considerado “...um mal ao qual era preciso pôr fim rapidamente...” (Garcia, 1997, p. 47).

No que diz respeito a Portugal, para além desta influência internacional, acrescenta-se a pressão da Organização das Nações Unidas (ONU), após a entrada em 1955, que exigia que Portugal cumprisse o artigo 73º da Carta Nações Unidas¹.

O artigo em questão descrevia a obrigação de países que possuíssem territórios que não fossem autónomos, atuassem em prol destes de modo que fossem capazes de constituir o seu governo e a sua independência. De acordo com Proença Garcia (1997, p.57), territórios não autónomos eram todos aqueles “...que estivesse separado geograficamente e possuísse uma distinção étnica e cultural da do país administrante.”

Contudo, Portugal de acordo com a sua legislação, nomeadamente o Ato Colonial, modificou a designação para “...“províncias ultramarinas...” as possessões coloniais, tentando demonstrar que estes territórios eram “...tão portugueses como o Minho e o Algarve”...” (Santos Costa, como citado em Teixeira, 2010, p. 7). Mas para além desta nova designação, foram reconhecidos “...direitos e garantias aos povos considerados primitivos e selvagens” bem como “...a distinção entre “civilizado” e “indígena”...”(Infopédia, 2012) com carácter permanente.

Por si só, esta legislação admitia a “...existência de um “indigenato”...” (EME, 1988, p. 54) desta forma, Portugal teria que cumprir o 73º artigo da referida carta.

Mas para além deste Ato, existia ainda o “...Estatuto do Indígena e o Código do Trabalhador Indígena...” e que respetivamente se fundamentava na “...recusa a cidadania portuguesa à grande população indígena;” e ainda “...aponta a forma matizada de escravatura, criando legiões de “contratados” sujeitos a trabalho forçado, a uma sobreexploração neoesclavagista...” (Teixeira, 2010, p. 9).

3.2 - O início do conflito

O desejo pela independência que se fazia sentir nas colónias levado a cabo pela população, tiveram na base da revolta que se iniciou em 1961 e levaria Portugal mergulhar num conflito durante 14 anos que só terminaria em 1975.

Os primeiros sinais de descontentamento surgiram no início de 1961 (EME, 1998), com um tumulto causado por alguns trabalhadores que protestavam as condições de

¹ Ver Anexo A - Artº 73 da Carta das Nações Unidas

trabalho, melhores salários e melhores horários (Teixeira, 2010), como por exemplo na baixa do Cassange em que os trabalhadores “...recusaram-se a colher o algodão sob o pretexto de serem espoliados nos pagamentos...” (EME, 1970, p. 5). Uma vez que Portugal, se encontrava sob um regime autoritário, os indivíduos que participaram nestas contestações foram detidos pelas forças de segurança.

Como resultado destas detenções, a 4 de Fevereiro de 1961 origina-se o primeiro ato de sublevação em que resultaram algumas mortes, “...5 guardas da PSP metropolitanos e 1 cipaio e ainda de 1 cabo da Casa da Reclusão e de 25 assaltantes...” (EME, 1998, p.155).

Na madrugada de 4 de Fevereiro, grupos de “...cerca de 60 elementos cada, armados de catanas e de uma ou outra pistola...” (EME, 1998, p.155) atacaram duas cadeias e um quartel da Policia Móvel com o objetivo de libertar os indivíduos presos das contestações anteriores (EME, 1970).

Esta ação foi posteriormente reivindicada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e como Rui Teixeira (2010, p. 12) afirma marcava “...o princípio do fim do “3º Império”...”. O inimigo seria o angolano que lutava para obter a sua honra e liberdade.

Mas as ações dos naturais atingiram o seu auge na manhã do dia 15 de Março por ações planeadas pela União dos Povos de Angola (UPA).

O que parecia ser mais um dia, onde as pessoas cumpriam a sua rotina diária, os “...naturais esperavam (...) que as casas comerciais abrissem as suas portas...” (EME, 1998, p.173), contudo esta calma aparente escondia as verdadeiras intenções dos naturais.

Quando as superfícies comerciais abriram, os naturais atacaram os seus proprietários e clientes, nas fazendas aquando da apresentação dos trabalhadores aos seus patrões, estes usaram a sua catana “...para matar os brancos, os mestiços e os negros...” (EME, 1970, p.7).

De acordo com o 6º volume da Comissão para o Estudo das Campanhas de África [CECA], publicado pelo EME (1998, p. 174) nestes massacres morreram “...800 a 1000 europeus e de 6000 a 8000 nativos fiéis...”.

Atualmente, e de acordo com José Alves (2010), houve registo de informações de que no dia 15 de Março, as contestações da população tomariam enormes proporções, contudo, a mesma foi “...arquivada na 2ª Repartição do QG com o despacho “assunto já conhecido”...” (Alves, 2010, p. 1313).

Estes acontecimentos marcavam o início de uma guerra subversiva que persistiria até 1975.

3.3 - Teatro de Operações de Angola

Neste subcapítulo pretende-se descrever dois fatores condicionantes, o terreno, enunciando as suas características topográficas e climáticas, e o denominado inimigo, ou na sigla usada, o IN, enunciando de uma forma geral as dificuldades que o teatro de operações (TO) de Angola apresentava e com as quais as Forças Armadas (FA) enfrentaram.

É importante realizar uma descrição do TO pois consiste numa ferramenta que auxilia a compreensão de grande parte dos acontecimentos que envolveram as FA, tais como, a reestruturação da sua organização, das técnicas, táticas e procedimentos empregues neste novo método de fazer a guerra. Mas para além disso é necessário conhecer o IN, que em conjunto com o terreno, tornaram-se fatores determinantes na ação militar portuguesa.

3.3.1 Terreno

Angola é um país que se encontra localizado na região ocidental do continente africano, e de acordo com o Portal Oficial do Governo de Angola (2011), atualmente é constituído por 18 províncias, com uma superfície total de 1.246.700km², o que corresponde a uma área “quatorze vezes e meia maior que Portugal” (Teixeira, 2010, p.56), e 65% desta superfície possui uma altitude entre 1000 e 1600m². Os seus principais cursos de água são o Rio Kwanza, com 1000km, o Rio Kubango com 975km, o Rio Cunene, com 800km, e o Rio Zaire com 150km.

Ainda neste *site* (2011), e no que diz respeito ao clima, Angola por se situar numa “...zona inter-tropical e subtropical do hemisfério sul...” caracteriza-se por possuir duas estações, a das chuvas (de Setembro a Maio) e a da seca (Maio a Setembro).

² Ver Anexo B – Altimetria de Angola

No que diz respeito à atribuição de áreas de responsabilidade, no início do conflito, as forças portuguesas exerciam os seus esforços no norte, contudo esta situação foi alterada em 1970, após a tomada de posse do General Costa Gomes como Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola, que dividiu o território de acordo com o grau de subversão presente nas regiões.

Deste modo o território foi dividido em quatro zonas: “...Grau 1 – Zonas de subversão violenta mais ou menos generalizadas; Grau 2 – Zonas envolventes das zonas de subversão violenta; Grau 3 – Zonas com subversão latente e manifestações esporádicas do inimigo; Grau 4 – Zonas sem subversão...” (Nunes A. P., 2002, p. 26).

De acordo com António Pires Nunes (2002, p. 26), e como resultado desta divisão, o território apresentava a seguinte configuração: “...como Região de Grau 1 a zona abrangida pelo distrito do Moxico, uma faixa estreita a sul do distrito da Lunda, reduzidas áreas a NE de Bié, imediatamente a leste do rio Cuanza e uma área do distrito do Cuando-Cubango, a leste do rio Cuito e a norte do paralelo da Coutada do Mucusso. A Zona de Grau 2 era a envolvente a anterior e a Zona de Grau 3 correspondia ao distrito da Lunda, sendo o restante território considerado como Zona de Grau 4...”.

Para o General Costa Gomes a região de maior importância era a Zona de Grau 2, pois uma vez controlada esta zona permitia posteriormente absorver o esforço dos movimentos independentistas para leste. Como resultado desta divisão, o esforço deixou de ser exercido no norte para ser exercido no leste angolano.

No que diz respeito à vegetação do teatro de operações, parte deste consistia essencialmente em capim que tanto poderia “...ter dois metros de altura como ter cinco...” (Pinto N. T., 2011) o que facilitava a ocultação do IN e consecutivamente facilitava o mesmo na execução de emboscadas.

No que diz respeito às forças portuguesas, a vegetação dificultava a progressão das mesmas e caso se deslocassem por entre a vegetação, era de extrema importância “...manter uma ligação constante homem a homem...” (EME, 1998, p.251) para que não se perdessem militares.

Outra parte do TO era constituída por elevações de terreno com vegetação densa, clareiras, cursos de água e pântanos o que dificultava a progressão das forças, estivessem elas apeadas ou montadas.

De uma forma geral o terreno era um fator desfavorável às operações desenvolvidas pelas forças portuguesas, a estas condições acresciam uma rede estradal rudimentar

rodeada de vegetação densa e árvores de grande porte que, quando derrubadas, constituíam um excelente obstáculo.

3.3.2 - Inimigo

Ao contrário das nossas forças, o IN tinha uma grande facilidade em tirar partido do terreno, pois este facilitava a execução de emboscadas e conferia proteção das vistas, principalmente dos aviões, durante o seu deslocamento e também das suas aldeias que serviam como bases (EME, 1998).

Mas o IN, no início do conflito, era uma força desorganizada, com pouca disciplina de combate, que combatia com algum armamento obsoleto, como por exemplo o canhangulo³, a espingarda Martini-Henri⁴, e algumas mais recentes como a FN e até mesmo material bélico português capturado nas suas ações (EME, 1998).

De acordo com o 6º Volume, Tomo I, Livro I da CECA (EME, 1998), as primeiras ações levadas a cabo pelo IN eram executadas com um elevado efetivo e de uma forma desorganizada, dispersa. Com a evolução do conflito este aprendeu a empregar técnicas com características militares.

As emboscadas eram executadas por pequenos efetivos, tirando partido da vegetação para se camuflarem até à passagem das forças portuguesas, momento em que abriam fogo até estas se encontrarem imobilizadas para assim lançarem o ataque.

Uma das características de uma guerra subversiva é a inexistência de uma linha de contato onde se encontra uma força de cada lado, como acontece no convencional, e somando o facto de o IN saber utilizar o terreno para emboscar as NT, tornava-se fulcral manter a presença militar por todo o TO, pois o IN usava as matas e as povoações para se esconder.

Para melhor atuar num TO com estas características foi necessário optar por unidades com, por um lado, de pequeno efetivo mas, por outro, que conseguissem atuar com um certo grau de autonomia contra a subversão. Neste caso foi adotado o escalão companhia.

³ Canhangulo – Arma de fogo de ante carga, com sistema de iniciação de fogo por uma cápsula fulminante, com um alcance eficaz na ordem dos 40 metros. A munição era constituída por chumbos de diversos diâmetros e outros metais, como por exemplo pregos. (CECA, 1998, p.254)

⁴ Modelo utilizado na guerra dos Boers, no final do Séc. XIX (CECA, 1998, p.255)

Capítulo 4

Organização e preparação das forças portuguesas para o novo tipo de conflito

No presente capítulo, pretende-se dar a conhecer de que modo o eclodir do conflito nas províncias ultramarinas deu origem a uma transformação no seio das FA, mais concretamente no Exército, e as suas consequências ao nível das companhias.

No que diz respeito à importância deste capítulo, esta reside no facto de ser fundamental para compreender de que modo o Exército se adaptou a um novo modo de fazer a guerra, como ocorreu a evolução de um Exército preparado de forma convencional, para um cenário de guerra em que o IN se escondia na mata ou no seio da população e que utilizava, como forma principal de ataque, a emboscada.

Tendo em conta a nova tipologia de conflito e o tema deste trabalho, este capítulo irá focar essencialmente sobre as companhias, pois foi este o escalão mais utilizado para as ações, e também para verificar se foi o escalão que apresentou melhores resultados e se reunia condições para combater a insurreição.

4.1 – Reorganização do Exército Português

Na década de 30, foi iniciado um processo de reorganização no Exército Português, quer a nível estrutural mas também a nível de equipamento que só viria a estar terminado na década de 60. Esta reorganização foi sofrendo algumas alterações devido a algumas condicionantes, como por exemplo a guerra civil em Espanha (de 1936 a 1939), a entrada de Portugal na North Atlantic Treaty Organization (NATO) (1949), da qual se recebeu novos materiais provenientes do Exército Americano e Inglês dando origem a “...unidades Tipo Americano...” (Alves, 2010, p. 1299) preparadas para a guerra convencional.

Contudo, a condicionante mais importante para este processo de reorganização foi, no final da década de 50 e princípio da de 60, o envio de delegações à Argélia com o intuito de estudar o fenómeno da subversão (Alves, 2010), pois se suspeitava de um conflito semelhante nas colónias portuguesas. Regressadas a Portugal foi elaborado “...um

relatório em que salientavam a urgência do Exército Português se preparar para combater insurreições.” (Afonso & Gomes, 2010, p. 176).

Como consequência, foi criado em Lamego o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) (1960) que tinha como objetivo preparar militares na contra subversão, de acordo com Aniceto Afonso (2010, p. 176), “...foram aqui preparadas as primeiras Companhias de Caçadores Especiais...”.

Até ao início do conflito, o Exército mantinha uma organização com forças preparadas para um cenário convencional mas, com os acontecimentos em Angola foi necessário mudar esta organização para um cenário de contrassubversão.

Contudo ainda se verificou o uso de técnicas convencionais em 1961 em Angola com o intuito de voltar a controlar o território, pois o IN tinha ocupado e estabelecido bases, mas posteriormente mostrou-se ineficaz pois o IN fazia fogo sobre as nossas tropas (NT) e rapidamente se colocava em fuga, tentando escapar às NT.

4.2 - Organização

Neste subcapítulo, pretende-se explicar de que forma o Exército se encontrava organizado para o conflito, uma vez que esta guerra tinha a principal característica de não opor duas forças frente a frente sob uma linha de contato, como se fazia até então, mas sim sobre um Teatro de operações não Linear.

Visto que era necessário operar sobre uma vasta área as “...operações de larga escala. Levavam demasiado tempo a organizar, exigiam muitos efectivos e não podiam iniciar-se em segredo...” (Cann, 1998, p. 118) uma vez que o elevado apoio logístico necessário para a operação “...obrigavam a deslocações anormais e a grande aparato (...) tinham o inconveniente de obrigarem a deslocações de helicópteros, que eram detectáveis...” (Neves, 1996).

Como consequência, a solução encontrada foi utilizar pequenas unidades que exerciam uma “...pressão constante (...) era muito mais eficaz na sua abordagem discreta e pouco dispendiosa” (Cann, 1998, p. 118).

Ainda de acordo com o relatório elaborado pelo Batalhão de Caçadores 455 relativamente a uma operação que envolvia sete agrupamentos, refere que o emprego de

grandes efetivos permitia ao IN detetar os seus movimentos “...e preparar-se convenientemente para as enfrentar...” (Batalhão de Caçadores 1455, s.d)⁵

Deste modo, tornava-se mais vantajoso empregar pequenas unidades nomeadamente o escalão companhia, uma vez que a utilização de unidades de grande escalão “...Não eram operações rendíveis (...) face ao dispêndio de tropa e dinheiro...” (Neves, 1996).

4.3 - Companhia – Escalão chave

Como descrito anteriormente, após verificar-se que as operações convencionais não produziam os efeitos desejados e através dos estudos desenvolvidos pelos oficiais que tinham estado na Argélia, aplicou-se a doutrina para a guerra subversiva assente um sistema de quadrícula.

Este sistema consistia em atribuir a uma determinada unidade uma área de responsabilidade, o que permitia estabelecer um melhor contato de proximidade com a população dessa área e garantir a segurança desse terreno.

Deste modo, dividiu-se uma Região Militar, dotada de um comando local, em sectores de Agrupamento, constituídos com “...dois ou mais Batalhões de Caçadores...” (EME, 1966b, 1ªP., Cap. IV.p.13)⁶, por sua vez subdividiam-se em sectores de Batalhão que posteriormente se subdividiam em sectores de companhia de quadrícula.⁷

Estes sectores eram divididos de acordo com “...a extensão do território e a actividade da guerrilha...” (Afonso & Gomes, 2010, p. 92), podendo um setor de batalhão ser constituído por duas ou mais companhias (EME, 1966b).

Como consequência da divisão do território, as Companhias, em especial as de Caçadores, tornaram-se as unidades base para a execução de operações, e também pelo facto de possuírem o efetivo necessário para a condução destas que são de “...curta duração, levadas a efeito por unidades tipo pelotão...” (EME, 1990, p. 145).

Este facto é corroborado no 6º volume da publicação da CECA, que indica a fragilidade de um batalhão manter a sua atividade operacional uma vez que as

⁵ Esta publicação faz parte do espólio do arquivo histórico militar (AHM) com a seguinte cota 2/2/114/10

⁶ - “... Agrupamento um conjunto de forças constituído com base em dois ou mis batalhões de Caçadores, tendo ou não, além destes, elementos de outras Armas ou Serviços” (EME, 1966b, 1ªP., Cap. IV.p.13).

⁷ - Ver Anexo C - Quadrícula

“...preocupações de ordem logística que raramente lhes permitiam mais do que uma acção de presença local...” (EME, 1998, p. 497), associado a uma evolução da capacidade de combater do IN e a dificuldades de reabastecimento originou a medida de “...impor a concentração das Sub-unidades e a adopção, como regra geral em todo o território, do conceito “Companhia-unidade elementar”.” (EME, 1998, p. 497). Deste modo, a companhia constituía o escalão com capacidades de “...desenvolver actividade operacional em paralelo com acções de segurança e de reabastecimento de contacto com as populações, etc.” (Rodrigues, 1996, p. 106).

Ainda, e de acordo com Hermes de Oliveira (1965, p. 79), a companhia consistia o escalão base pois utilizar um escalão inferior iria “...criar o «vazio da ocupação», com todas as consequências desastrosas em face da subversão, pois esse «vazio» significa «liberdade de acção» para o adversário”.

No que diz respeito à capacidade de adquirir informação crucial para o desenvolvimento das operações, a companhia era o escalão com mais capacidades de aquisição de informação devido ao facto da sua “...frequente actividade operacional, pelo contacto com as populações e pelas normais possibilidades de intercâmbio com as autoridades administrativas e policiais...” (EME, 1990, p. 158).

Apesar de as CCaç manterem um contato quase permanente, não possuíam “...a acção psicológica na sua missão geral...” (EME, 1990, p. 189) nem indivíduos especializados nesta área (EME, 1990).

Quanto à organização de uma companhia de caçadores⁸, de acordo com o relato histórico do Batalhão de Caçadores 1866⁹, um das suas companhias apresentava na sua constituição, uma secção de comando e quatro grupos de combate que correspondiam aos pelotões.

A secção de comando englobava o comandante, o médico e uma secção de formação, constituída pelo comando, secção sanitária, secção de reabastecimentos, secção de alimentação e a secção de manutenção.

Os pelotões de caçadores eram constituídos por três secções, duas destas eram constituídas por oito atiradores e uma terceira secção constituída por uma esquadra de metralhadora ligeira a dois homens, o apontador e o municionador (Batalhão de Caçadores 1866, s.d).

⁸ Ver Apêndice A – Organização de uma Companhia de Caçadores

⁹ - Esta publicação faz parte do espólio do arquivo histórico militar com a seguinte cota 2/2/91/3

Com esta organização a companhia constituía a unidade que permitia articular as suas subunidades de modo a que tivesse um pelotão para defender, outro para atuar e outro para manobrar. As secções do pelotão de acompanhamento eram cedidas aos pelotões de caçadores como reforço, aumentando assim o seu poder de fogo. Em síntese, ao nível companhia era possível estender o grau de autonomia possível pela articulação de várias valências.

No que diz respeito ao emprego de forças, se fosse o escalão batalhão era necessário “...uma larga movimentação de efectivos e, como estes eram escassos, dadas as múltiplas necessidades e a extensão do teatro de operações, havia que os desviar das áreas que normalmente lhes estavam atribuídas, enfraquecendo ali a actividade operacional durante o período em que esses efectivos estavam deslocados.” (EME, 1990, p. 153).

Neste aspeto a companhia consistia numa unidade que tinha possibilidade de “...manter todos os seus elementos reunidos ou destacar parte deles para outro ou outros pontos secundários do seu sector...” (EME, 1966b, 1ªP., Cap. IV, p.13).

Apesar de não consistir objeto de estudo deste trabalho de investigação, as forças de intervenção, constituídas por páraquedistas, fuzileiros ou comandos, por vezes formavam uma companhia para constituir “...forças de perseguição e intercepção...” numa “...operação de intercepção...”(EME, 1990, p. 173). Ainda a título de exemplo, o Centro de Instrução de Comandos, tinha como missão geral “...seleccionar, instruir e organizar unidades de comandos do tipo companhia...” (Nunes A. P., 2002, p. 44). É possível verificar, nestes dois exemplos, que, ao nível das forças de intervenção, também foi privilegiado o escalão companhia.

Deste modo, as unidades de escalão companhia tornaram-se o escalão com as melhores condições de atuar num ambiente de guerra subversiva.

4.4 - Treino e Preparação

Neste subcapítulo pretende-se dar a conhecer o modo como o Exército Português se preparou, quer a nível da doutrina, quer a nível da instrução e treino, que foi ministrada a todos os militares que posteriormente cumpriam a sua comissão nas províncias ultramarinas.

Com base nas experiências de outros países, Portugal procurou transmitir esses mesmos ensinamentos a todos os oficiais, sargentos e praças, e segundo Cann (1998, pp.

110,111), baseava-se nos seguintes parâmetros “A função educativa de sintonizar as mentes dos homens para compreenderem a insurreição e subversão (...) Instrução sobre a integração de medidas civis e militares para atingir um único objectivo governamental. (...) Desenvolvimento de aptidões de liderança no contexto de guerra de contra-insurreição. (...) Instrução nas táticas utilizadas em combate num ambiente de contra-insurreição.”.

No que se refere ao treino propriamente dito, este era ministrado no CIOE, contudo era alvo de constantes alterações, pois o decorrer da guerra assim o exigia uma vez que o IN procurava encontrar novos meios para combater as forças portuguesas.

Tal como o treino, os locais de instrução específica de contrainsurreição, foram transferidos gradualmente para os teatros de operações pois, possibilitava uma adaptação mais precisa ao ambiente operacional, assim como a possibilidade de instruir os habitantes locais (Cann, 1998).

Deste modo, e de acordo com Cann (1998), o treino nos TO visavam alguns objetivos diversos, tais como o recrutamento e treino dos habitantes locais e a adaptação das tropas, provenientes da metrópole, ao ambiente operacional.

Para uma companhia o recrutamento de habitantes locais permitia que se obtivesse homens motivados pois, tinham interesse no resultado do conflito, defendiam a sua terra e ainda recebiam um ordenado como um soldado da metrópole (Cann, 1998).

O treino no TO permitia preparar os homens para a forma de operar no TO, ou seja aplicar a doutrina contra subversiva, estabelecer contato de proximidade com a população local e assim estar mais bem preparado para a ação psicológica que lá se desenvolvia.

4.5 - Material e Equipamento

Nos anos 30, o Exército Português, foi alvo de um esforço de reequipamento com novo armamento, de modo a dotá-lo de capacidade de reagir a uma ameaça externa, este armamento consistia em armas de repetição, Mauser, e algumas armas automáticas ligeiras, tais como a Dreyse 7,92mm, Borsig, Madsen 7,9mm e a Breda¹⁰.

¹⁰ - Ver Anexo D – Armamento anterior à Guerra Colonial

De acordo com o *site* sobre a guerra colonial (2012), aquando da entrada de Portugal na NATO foi criada a 3ª Divisão para ser empenhada num possível conflito contra o bloco Soviético, com ela foram adquiridos canhões sem recuo (CSR), de 57mm, 75mm e 106mm, metralhadoras pesadas (MP), Browning 12,7mm, e morteiros, 60mm, 81mm e 107mm.

Mais tarde adquiriram-se espingardas automáticas, Heckler & Kock (HK) - G3 – 7,62mm, FN – FAL 7,62mm e a Armelite 7,62mm AR-10, metralhadoras ligeiras (ML), obteve-se HK-21 7,62mm, MG42 7,62mm. De pistolas-metralhadoras (PM) existia a Fábrica Braço de Prata (FBP) 9mm e a UZI 9mm, como pistolas a Walther 9mm, por último os Lança Granadas Foguete (LGF) que as companhias possuíam era a «Bazuka» 6cm e 8,9cm (Guerra Colonial, 2012)¹¹.

Para além deste equipamento, e de acordo com José Alves (2010, p. 1207), da África do Sul, Portugal recebeu “...material de transmissões, pessoal especializado em contra-guerrilha (...) viaturas operacionais, e de transporte, aviões e helicópteros...”.

Assim, uma companhia de caçadores possuía HK-G3, HK-21, PM, pistolas, morteiros ligeiros 60mm, (LGF), as MP Browning 12,7mm e CSR faziam parte da guarnição das viaturas. (Afonso & Gomes, 2010).

As HK G3 e HK 21 conferiam poder e volume de fogo à força, uma vez que a Mauser 7,9mm, possuía um “...reduzido poder derrubante não permitia a imediata neutralização do inimigo atingido (...) o sistema de repetição e a fraca capacidade do depósito não eram os adequados às características da luta a curta distância...” (EME, 1988, p. 275).

Os LGF garantiam um forte efeito neutralizante, principalmente quando as NT eram atacadas por forças IN volumosas (EME, 1988), adicionado o facto de só se dispor de munições anticarro (Afonso & Gomes, 2010), o que também apresentava algumas desvantagens.

Os morteiros de 60mm foram empregues no apoio direto às tropas, principalmente quando não havia CSR, e garantiam, assim, uma pequena e altamente móvel capacidade de fogos indiretos ao nível de pelotão e companhia. As pistolas e PM tinham o inconveniente de apenas serem eficazes a curtas distâncias (Afonso & Gomes, 2010), e, por exemplo, a FBP era considerada “...uma arma de segurança deficiente.” (EME, 1988, p. 275).

¹¹ - Ver Anexo E – Armamento após o início da Guerra Colonial

A nível de material de transmissões, uma companhia possuía o AVF 736, NATIONAL, AVFT, AN/PRC - 10, CHF (BCC30BP), UHF2 (BCC30AP). Devido ao terreno ser acidentado as comunicações por vezes eram impossíveis de realizar, destes “...à exceção (...) do AN/PRC – 10 (...) eram inadequados ou obsoletos.” (EME, 1988, p. 275).

Deste modo, uma companhia apresentava algumas limitações ao nível das comunicações, uma vez que o terreno por vezes impossibilitava a sua realização. Relativamente ao armamento, os morteiros e os LGF poderiam colocar a companhia em risco uma vez que poderiam incendiar a vegetação, no entanto, eram bastante eficazes a abater grupos de IN. As espingardas automáticas conferiam a possibilidade de uma companhia suprimir o IN com o seu elevado volume de fogos.

Todo o equipamento e armamento de uma companhia tinham de ser aligeirados, pois eram transportados consigo para a missão bem como todo o material necessário para a sua sustentação (EME, 1966b).

Capítulo 5

Possibilidades de emprego de uma Companhia de Caçadores em ambiente subversivo

Este capítulo é um ponto central deste trabalho de investigação, e procura demonstrar como uma companhia de infantaria atuava no decorrer das operações militares durante a guerra colonial. Deste modo pretende-se responder à questão central “*Quais as opções de emprego tático possíveis de uma companhia de infantaria no âmbito da guerra contra subversiva no TO de Angola no conflito ultramarino de 1960-75?*”.

Mas antes de conhecer os modos de emprego possíveis de uma companhia, é necessário compreender por que razão a infantaria foi das Armas do Exército a mais utilizada.

5.1 - Infantaria ligeira

Como foi descrito no Capítulo 2, o terreno era desfavorável à NT, e um modo de contrariar esta situação recorreu-se a um tropa que fosse dotada de elevada mobilidade, esta seria constituída por militares provenientes da arma de infantaria, uma vez que o uso de apoio de fogos¹² era um pouco limitado.

Esta mobilidade, conferida pelo armamento e equipamento ligeiro, permitia-lhe penetrar em território IN em deslocamentos táticos e procurar tirar vantagem do fator surpresa.

De acordo com o *Capítulo II – Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas, dos manuais de O Exército Na Guerra Subversiva* (1966b), o moral era difícil de manter uma vez que o cansaço causado pelos grandes deslocamentos, por vezes durante vários

¹²Após o esforço de guerra ter sido movido para o leste, existia “...uma bateria de artilharia de campanha 8,8 (...) nunca foi utilizada como tal por não terem surgido oportunidades para isso.” (Nunes A. P., 2002, p. 26)

dias, agravado pelo clima, era o seu principal inimigo. A capacidade de evacuação de feridos e reabastecimento por vezes era impossível.

5.2 - Possibilidades de emprego de uma companhia de caçadores

As companhias podiam realizar a “...pacificação...” e o combate às forças IN de duas formas: parcelarmente e progressivamente (EME, 1966b).

Quando atuava de forma parcelar, a companhia executava ações de modo a restabelecer a paz numa determinada região, contudo só se deslocava para outra região quando possuía “...a garantia de que, na primeira, a subversão não poderá voltar a ter o desenvolvimento que tinha antes e de que, na segunda, a luta contra a subversão poderá ser conduzida com eficiência...” (1966b, 1ªP, Cap. IV, p. 5).

Quando atuava de forma progressiva, inicialmente proceder-se-ia a algumas ações psicológicas sobre o IN, seguido de proteção da população e vias de comunicação, e só após estas, é que se realizavam operações ofensivas sobre o IN e por fim a “...conquista da hegemonia total do território...” (1966b, 1ªP, Cap. IV, p. 6).

Deste modo, as companhias podiam realizar as seguintes tarefas: a defesa de pontos sensíveis/postos militares, proteção de itinerários, patrulhamento, limpeza de uma zona/povoação, golpe de mão e emboscada.

5.2.1 - Defesa de pontos sensíveis/postos militares

Na terminologia militar, ponto sensível, consiste em:

“...povoações e instalações importantes, certos pontos vitais das comunicações, algumas áreas agrícolas e mesmo determinados acidentes de terreno cuja posse por parte dos rebeldes, pela importância que têm para a vida das tropas e das populações, apresenta inconvenientes de acentuado valor do ponto de vista político, militar, económico ou outro.” (EME, 1990, p. 145,146).

Mas para que a sua defesa fosse possível, teria de possuir um efetivo que permitisse “...montar segurança, dispor de uma reserva pronta a intervir em reforço daquela e assegurar o descanso do pessoal que não está de serviço...” (1966b, 2ªP, Cap. I, p. 3).

Para além disso, devia-se ter em conta, o posicionar das armas de modo a garantir o máximo rendimento destas e fogo contínuo, realizar alguma organização do terreno,

limpeza de campos de tiro e o comando deveria ter observação de todo o ponto sensível, para garantir um maior controlo e, também, deveria possuir comunicações (EME, 1966b).

Quando uma companhia pretendia defender um ponto sensível, e tomando o exemplo da CCAç 167 do BCAç 159, relatado na sua história da unidade, construíam redes de arame farpado em redor do mesmo, criavam posições para os atiradores ML, "...torres de vigilância, (...) campinagem (...) dos campos de tiro" (s.d., p. 11).

Já por si, os postos militares possuíam como missão principal garantir a defesa de pontos sensíveis, maioritariamente vias de comunicação, bem como, apoiar outras unidades e ainda garantir "...o exercício da função de quadrícula (...) prolongar e completar o controle territorial..." (EME, 1966b, 2ªP, Cap. I, p. 23).

O efetivo de um posto militar dependia do seu objetivo, da sua importância, da atividade IN, da distância e da capacidade de este ser apoiado por outras unidades (EME, 1966b, 2ªP, Cap. I, p. 24).

Um exemplo de um posto militar, encontra-se relatado pelo BCAç 159, em que parte da uma companhia ocupou uma posição permanente e isso garantiu uma "...maior segurança (...) ao mesmo tempo que permitia acorrer com relativa rapidez a qualquer ponto das suas estradas em caso de emergência..."(s.d., p. 67).

Esta modalidade de ação enquadra-se na função de quadrícula, pelo qual se enquadra no escalão de companhia, uma vez que tinha possibilidade de projetar pequenos efetivos e mesmo assim manter uma parte da força como reserva.

5.2.2 - Proteção de itinerários

Num conflito de superfície a manutenção das vias de comunicação é de extrema importância, pois estas garantem o funcionamento da capacidade logística, o movimento de forças e ainda executar algumas operações. Durante a guerra colonial, e de acordo com alguns resumos históricos de unidades, dentro deste tipo de ação, o mais executado foi essencialmente a vigilância móvel e escoltas.

No que diz respeito à vigilância móvel e escoltas seria aconselhável o uso de unidades de reconhecimento, contudo uma unidade de infantaria também poderia executar estas tarefas, para o efeito deveriam ser atribuídos meios blindados (EME, 1966).

Para a realização de uma vigilância móvel, consoante o efetivo e os meios, organizava-se uma patrulha de vigilância, cuja finalidade seria “...manter o itinerário sob constante vigilância...” (EME, 1966b, 2ªP, Cap. I, p. 8), ou poderia ser organizada uma “...patrulha de abertura que precedem, com antecedência conveniente, as colunas a deslocar.” (EME, 1966b, 2ªP, Cap. I, p. 11).

Estas ações de vigilância de itinerários, e de acordo com um relato de um comandante de companhia, este género de ações desenvolvidos por uma companhia permitia que o IN se sentisse inseguro e conseqüentemente diminuíssem as suas ações (Batalhão de Caçadores nº159, s.d.).

Por sua vez, uma escolta, tinha como missão garantir segurança ao deslocamento de uma coluna. A sua composição seria determinada de acordo com um conjunto de fatores, tais como os meios disponíveis, o IN e itinerário, mas “...para uma coluna de 20 a 30 viaturas (...) implica a disponibilidade de um Pelotão de Reconhecimento com 3 autometralhadoras e 3 viaturas blindadas de atiradores, reforçado com uma Secção de Caçadores...” (EME, 1966b, 2ªP, Cap. II, p. 14).

Num relato de uma CCaç, esta ao executar uma escolta a uma coluna, permitiu destacar um pelotão de reconhecimento que detetou sinais da presença IN e com alguma parte da companhia permitiu flanquear o mesmo de modo a garantir a segurança da coluna, para além disso seria possível localizar armadilhas (Pinto, s.d.).

Desta forma, é possível constatar que uma CCaç quando era destacada para realizar uma escolta, esta possuía um efetivo suficiente para garantir a segurança da coluna e, ainda, realizar algumas emboscadas.

5.2.3 - Patrulhamento

Numa guerra subversiva a aquisição de informação é de extrema importância, deste modo uma CCaç recorria aos patrulhamentos como método para recolher informação sobre o terreno, o IN, e, ainda, lançar algumas ações ofensivas sobre este, obrigando-o a retirar e a perder o apoio da população dessa região e ao mesmo as NT ganhavam a sua confiança.

O raio de ação deste tipo de ações era limitado, contudo as forças inimigas ocupavam posições em “...regiões mais afastadas onde (...) podem organizar, instalar, deslocar, reabastecer e refugiar...” (EME, 1966b 2ªP, Cap. III, pág. 6), por estas razões

este tipo de ações requeriam um elevado esforço físico e psicológico por parte dos militares que a executavam.

Dadas estas circunstâncias, surgiram as patrulhas independentes, isto é, após saírem do quartel poderiam permanecer fora deste por alguns dias, designadas, também, por “patrulhas de nomadização”¹³ (EME, 1966b, 2ªP, Cap. III, pág. 7).

Quando se pretendia cobrir uma superfície maior empregava-se uma CCaç, esta poderia atuar apenas utilizando um só itinerário e ao longo deste seriam planeadas algumas bases de patrulhas.

Quando a base de patrulhas era ocupada, era atribuída a missão de patrulhar num dado sector a parte da companhia, garantindo sempre a constituição de uma reserva. O efetivo e o setor variavam de acordo com o terreno, o IN e as informações que possuíam. Decorridos alguns dias, a companhia deslocava-se para outra base de patrulha e repetia o mesmo processo (EME, 1966b).

Neste tipo de ações era usual o emprego de pequenos efetivos, de modo a garantir a recolha de informações sem ser detetados pelo IN, como por exemplo uma pequena força do Batalhão de Caçadores 88, ao efetuar um patrulhamento entrou em contato com refugiados angolanos e que, deste modo, aproveitou para entregar “...alguns alimentos e cigarros...”, bem como “...papéis de acção psicológica...” (Batalhão de Caçadores 88, p. 36).

Com os efetivos que uma CCaç dispunha, era possível realizar vários patrulhamentos em simultâneo e, ainda, constituir uma reserva.

5.2.4 - Limpeza de uma zona/povoação

Esta é a primeira ação que é planeada e executada tendo em conta informações, mais ou menos, precisas sobre a localização e atividade do IN. Para além disso constitui a

¹³ - “Designa-se por nomadização a actuação discreta, durante algum tempo, em zonas afastadas das localidades normalmente guarneçadas, onde se sabe ou se presume que existem elementos rebeldes, de forças muito móveis e dotadas de apreciável autonomia que, numa constante actividade de patrulhamento, procuram levar a efeito ações de combate de carácter limitado contra aqueles elementos, destruir as suas instalações e fontes de abastecimentos, colher informações e tomar contacto com a população” (EME, 1966b, 2ªP., Cap. III, p.45)

primeira ação que desde o início tem como objetivo desenvolver uma ação ofensiva sobre o IN, por batidas ou operações de cerco, tendo como fim último a sua destruição, captura e/ou eliminar da sua presença.

A batida caracterizava-se por ser uma modalidade que consistia em progredir numa determinada faixa de terreno onde existiam informações de presença inimiga. Neste tipo de ações, parte da força empregue deveria garantir a segurança do remanescente da força que efetuava a batida (EME, 1966c).

Pode-se tomar como exemplo, a CCaç 167 do BCaç 159, que ao executar uma batida num determinado local, manobrou um dos seus pelotões para uma cota superior de modo que suprimisse o IN a partir de uma posição vantajosa (Batalhão de Caçadores nº159, s.d.).

Já a operação de cerco, caracteriza-se por ser uma ação desenvolvida numa faixa de terreno delimitado, por forças ou por acidentes de terreno, cercando o IN e impossibilitando a sua evasão ou obtenção de auxílio do exterior (EME, 1966c).

Esta operação era constituída por duas fases: o cerco propriamente dito e as ações a desenvolver dentro deste.

Numa primeira fase, parte da força era destacada para cercar o IN, isto é, bloquear os seus itinerários de fuga. Numa segunda fase, o remanescente da força responsável por atacar o IN coloca-se do lado oposto às forças de cerco, cercando por completo o IN (EME, 1966b).

Um exemplo deste género de ação encontra-se relatado no relatório da operação “APROVEITA A MARÉ”, levada a cabo pelo BCaç 455, em que, uma força deste batalhão ao atingir o objetivo constituiu um “...anel de cerco ao núcleo do “quartel”...” e para garantir a segurança às forças de assalto as ML constituíram uma “...base de fogos...” (Batalhão de Caçadores 455, s.d.).

No resumo histórico do BCaç 1866¹⁴, uma das suas CCaç teria a indicação da existência de uma posição IN junto a um desfiladeiro. Deste modo, manobrou “...uma secção do GRC [Grupo de Combate] da CCS, que além de dar protecção às NT podia alvejar elementos IN que tentassem a fuga (...) as outras 4secções fizeram um cerco em U ficando a abertura para o lado escarpado...” (Batalhão de Caçadores 1866, s.d., p. 51).

¹⁴Esta publicação faz parte do espólio do arquivo histórico militar com a seguinte cota 2/2/91/3

Com este exemplo é possível constatar que era uma ação que necessita de um conjunto de “...forças de intervenção de volume considerável e não pode, por isso, ser realizadas simultaneamente em muitas regiões (...) Há portanto, que proceder a uma classificação das zonas a limpar por ordem de prioridades...” (EME, 1966b, 2ªP, Cap. IV, Pág. 3).

5.2.5 - Golpe de mão

O golpe de mão constituía uma operação ofensiva que se evidenciava pelo constante uso do fator surpresa, associado ao secretismo, desde o planeamento até à sua execução, bem como uso do princípio violência na ação, procurando obter um ataque rápido e violento. Estes poderiam ser preparados ou imediatos. (EME, 1966b).

Os golpes de mão podiam ser preparados, quando se dava prioridade a um planeamento detalhado e pormenorizado do desenrolar da ação, com base em informações fiáveis, ou podem ser imediatos, estes, por sua vez, tinham como preferência uma situação inesperada que conferia uma oportunidade vantajosa para a força, e neste caso seria de todo favorável flanquear o IN (EME, 1966b).

A sua organização dependia do efetivo necessário para cumprir a missão que foi atribuída a uma unidade, contudo, segundo o *Capítulo II – Operações Contra Bandos Armados E Guerrilhas* (1966b, 2ªP, Cap. VI, p.9), um golpe de mão deveria ter a seguinte organização: “... comando, grupo de assalto, grupo ou grupos de detenção, grupo ou grupos de cobertura, grupo de recolha, grupo de perseguição e reserva.”.

Num relato de uma CCaç, demonstra que, para preservar o fator surpresa se efetuou o deslocamento por vegetação densa, aproveitando a chuva, o que foi crucial para o sucesso da ação (Batalhão de Caçadores 1866, s.d.).

5.2.6 - Emboscada

Esta ação é muito idêntica ao golpe de mão partilhando dos mesmos princípios e das mesmas finalidades, diferenciando-se desta pelo local onde era realizada e por procurar atacar o IN em movimento quando este se encontrava na zona de morte¹⁵ (EME, 1966b).

Tal como o golpe de mão, a emboscada poderia ser preparada ou imediata, esta última surge com oportunidades em que o IN se encontra em desvantagem em relação às nossas forças, e ainda poderia ser combinada com ações descritas anteriormente (EME, 1966b).

As preparadas podiam ser realizadas em locais onde se tivesse obtido informação sobre atividade IN ou em locais onde existia a probabilidade de encontrar atividade IN, como caminhos que este poderia utilizar para reabastecimento ou movimentos (EME, 1966b).

No que diz respeito aos efetivos, estes poderiam variar pois, dependiam do objetivo da emboscada, no entanto, o que se pretendia era obter superioridade nos momentos da ação.

Numa operação levada a cabo por uma CCaç do BCaç 1866, como por exemplo ações de limpeza na sua zona de ação, procuravam realizar emboscadas em locais possíveis de encontrar o IN, tais como áreas de cultivo e caminhos.

Outro exemplo de uma emboscada, encontra-se relatada no resumo histórico do Batalhão de Caçadores Especiais (BCaçE) 357, em que uma força de uma das suas companhias estabeleceu uma emboscada num itinerário que o IN usava para entrar no Congo. O mesmo batalhão montou uma emboscada "...num tronco que serve de ponte num rio..." (Batalhão de Caçadores 357, s.d.).

É possível verificar que, quando uma CCaç preparava uma emboscada, procurava executá-la em locais onde a probabilidade de encontrar o IN era elevada, e permitia obter resultados proveitosos, como causar baixas, desmoralizar e flagelar o IN. Deste modo, o efetivo a utilizar dependia das informações disponíveis.

¹⁵ Zona de Morte – “é a zona do itinerário escolhida para o desencadeamento da emboscada sobre a coluna inimiga.” (CIOE, 1961, Cap. II, Sec. VII - 8a., p.2/E)

As ações descritas anteriormente representam ações de combate possíveis para o emprego de uma CCaç, contudo poderia executar a ação psicossocial junto da população em simultâneo com uma operação ou de forma isolada.

Esta ação psicossocial¹⁶ resultava de uma combinação de ação psicológica, ou seja procurar influenciar o “...comportamento dos meios amigos, neutros e adversos...” (EME, 1966c, Cap. I, p.1), com uma ação social, “...tornando-a mais sensível à acção psicológica...” com o objetivo de melhorar “...as condições de vida (...) para ganhar a sua confiança” (EME, 1966c, Cap. I, p.2).

Estas ações eram de extrema importância, pois a conquista das populações tornavam o IN mais fraco, uma vez que deixavam de possuir o apoio da mesma. De acordo com Frank Kitson (1971, p. 29) “O essencial para a vitória na guerra moderna é o apoio incondicional da população”¹⁷.

Esta ação psicossocial procurava satisfazer as necessidades da população de cariz sanitário, religioso, educacional e económico (EME, 1966c).

A vertente da ação psicológica levada a cabo por uma CCaç será tratada de seguida.

5.3 - A importância do contato com as populações, a ação psicológica e a coordenação civil-militar

Neste subcapítulo pretende-se dar a conhecer uma tipologia de ação psicológica desenvolvida e utilizada no decorrer da guerra colonial. Algo que, até então, era pouco conhecido no meio militar, pois os conflitos encontravam-se na esfera do convencional, Estas ações obtiveram grande desenvolvimento após o deslocamento das delegações à Argélia.

Deste modo, neste subcapítulo pretende-se evidenciar a importância da ação psicológica no decorrer da guerra em Angola e como o contato de proximidade com as populações, bem como a coordenação civil-militar, em busca do coração e das mentes da população, se tornou uma «arma» eficaz contra os movimentos independentistas.

¹⁶ - Ver Anexo. F – Ação Psicossocial

¹⁷ - Tradução livre da responsabilidade do autor

5.3.1 - Ação psicológica desenvolvida por uma companhia

Considerando o que foi descrito anteriormente, a ação psicossocial demonstrou-se ser um instrumento importante na conquista das populações. Esta ação era desenvolvida principalmente por forças que executavam as ações de combate, logo, ao nível da companhia, todo e qualquer militar desta, constituía um ator na manobra psicossocial.

É importante referir que a ação psicossocial era realizada pelas unidades de quadrícula, uma vez que as suas missões possuíam um carácter mais defensivo, como por exemplo “...manter contato com a população...” (EME, 1966b, 1ªP, Cap. IV, p.21), enquanto as unidades de intervenção tinham missões de carácter ofensivo, como por exemplo “...procurar o inimigo e hostilizá-lo o mais possível por toda a parte...” (EME, 1966b, 1ªP, Cap. IV, p.28)¹⁸.

No que diz respeito ao apoio económico, os militares de uma CCaç, para auxiliar a população financeiramente, por vezes, adquiriam os produtos agrícolas que estas cultivavam. De acordo com Van der Waals (1993), foram também criados mercados onde se realizavam trocas comerciais que possibilitavam a integração do agricultor na economia de Angola. Estes mesmos mercados eram organizados e controlados pelos militares e a população podia fazer a venda dos seus produtos a naturais de outras sanzalas, ou nas sanzalas localizadas perto das fronteiras e, até mesmo, a naturais de países vizinhos (Batalhão de Caçadores 3831, s.d.).

Outra ação realizada no âmbito do apoio económico era o emprego de pessoal, esta ação consistia na contratação de mão-de-obra civil para a realização de tarefas com interesse para a instituição militar, como por exemplo, a construção de instalações (EME, 1966c).

No que diz respeito à vertente educacional, este apoio era bem aceite pela população, pois viam como uma possibilidade de subir de estatuto social e assim adquirir um trabalho mais remunerado (EME, 1966c).

Deste modo, muitas companhias construíram escolas primárias para que os filhos dos naturais pudessem aprender a falar, ler e escrever português. Esta iniciativa foi muito bem aceite pelos naturais, contudo por vezes, não permitiam que crianças do sexo feminino

¹⁸ Ver Anexo G – Missões das unidades de quadrícula e de intervenção

frequentassem as escolas, no entanto fora registado a sua presença em algumas escolas (Batalhão de Caçadores 3831, s.d.).

Este tipo de construções dependia do comando do batalhão uma vez que eram precisos meios para construir escolas e, conseqüentemente, contratar professores. Contudo as companhias por vezes aproveitavam edifícios existentes ou, quando não havia, até mesmo ao ar livre improvisavam uma «sala de aula». Na ausência de professores civis eram os militares que lecionavam (Batalhão de Caçadores 3831, s.d.).

Unidades como o BCaç 3831 e o BCaç 1874, construíram escolas para as crianças, e como consta no livro de Antunes Pires Nunes (2002, p. 55), é possível visualizar uma fotografia de crianças com o seu “...professor militar.”

Já a nível cultural e físico, alguns batalhões, como por exemplo o BCaç 159 (s.d.), possuíam meios de projeção de filmes, onde era permitido a presença dos naturais, bem como nos campeonatos de futebol organizado pelos militares.

A nível sanitário, o médico ou enfermeiro da companhia, facultavam cuidados básicos de saúde, como por exemplo a vacinação, pequenos curativos, tal como difundiam hábitos e regras de higiene, desconhecidos até então, e a distribuição de medicamentos. Em alguns casos, o fluxo aos cuidados médicos era tão elevado, que foi necessário estabelecer um dia para cada sanzala, havendo registo de populações que chegavam a realizar longos deslocamentos, por vezes 10km, para receber tratamentos e/ou bens medicamentosos (Batalhão de Caçadores 3831, s.d.).

Por fim, no âmbito religioso, este era levado a cabo pelos “...capelães militares e missionários católicos...” (EME, 1966c, Cap. VII, p. 11) e em caso de necessidade em simultâneo com o apoio sanitário.

Este apoio tinha como objetivo prestar assistência religiosa a membros das populações, como missas, batizados e funerais. Por exemplo algumas companhias do BCaç 3831 construíram igrejas nos seus aquartelamentos. Quando a confiança nas populações atingia um nível satisfatório, estas poderiam assistir algumas cerimónias religiosas, como por exemplo a missa de natal (Batalhão de Caçadores 3831, s.d.).

Após o que foi descrito, é perceptível que uma CCaç quando atuava junto de uma população procurava dar apoio e melhorar as condições desta a nível económico, educacional, sanitário e religioso¹⁹.

5.3.2 - O sentimento da população para com as companhias “de quadrícula”²⁰

No início do conflito, as tropas portuguesas nas suas ações, com efetivo de companhia ou pelotão, exerceram um esforço considerável em encontrar as populações refugiadas nas matas e por vezes nos países vizinhos. Quando se deparavam com estas populações procuravam convencê-las para voltarem às suas terras, contudo recusavam voltar devido ao receio de represálias dos rebeldes, ou mesmo pelos militares, devido à propaganda realizada pelo IN.

Quando eram realizados alguns contatos de proximidade, os militares explicavam o porquê da sua presença em Angola e que pretendiam protegê-los das ações dos rebeldes, deste modo tentavam saber a razão de ainda não terem voltado para as suas terras. Passados alguns dias era possível verificar o seu regresso.

Aquando do seu regresso, estes procuravam estar perto das companhias para terem a sua proteção assegurada. A população que se encontrava fora das zonas de controlo das guerrilhas foram as que sentiram de mais perto a ação psicológica das unidades “de quadrícula”, devido à proximidade dos quartéis.

Como medida de ação psicossocial, foi ainda estabelecido um programa, denominado de aldeamentos, este consistia em construir alojamentos para a população que estivessem sobre a pressão do IN, em alguns casos eram obrigados a serem realojados, o que constituía uma situação delicada pois muitas da vezes as pessoas não queriam deixar as suas terras que já se encontravam na família há várias gerações, existiam, ainda, casos que queriam fugir destes, privilegiando-se assim as situações em que seriam realojados de forma voluntária (Cann, 1998). Nestes aldeamentos, as populações estabeleciam as suas

¹⁹ - Ver Anexo H – Apoio às populações

²⁰ As informações que se encontram descritas neste subcapítulo foram recolhidas dos diversos relatos e históricos de unidades que serviram de apoio bibliográfico para a elaboração deste trabalho.

hortas para mais tarde poder tirar proveito dos mercados realizados pelos militares das companhias.

A companhia, para estreitar o contato com a população, em algumas situações e, de acordo com os materiais disponíveis, construía casas em cimento, mas na falta de materiais, a própria população procurava melhorar as suas habitações (Batalhão de Caçadores 3831, s.d.).

Como forma de agradecimento aos militares das companhias, as populações por vezes faziam oferendas, como por exemplo fruta, e os militares que aceitavam, ofereciam ou trocavam objetos por latas de conserva ou forneciam, por exemplo, tecidos como peças de roupa para as mulheres e crianças (Batalhão de Caçadores 3831, s.d.).

Noutras vezes a população, ainda como forma de agradecimento, oferecia-se para realizar alguns trabalhos de campinagem, no local onde a companhia se encontrava estacionada, ou quando era necessário limpar um local para a construção de algum edifício (Batalhão de Caçadores 3831, s.d.).

Quando os militares das companhias executavam ações em locais pouco conhecidos, indivíduos da população ofereciam-se para serem os seus guias nas matas de vegetação densa.

Conclusões

Este último capítulo tem como objetivo corresponder aos resultados obtidos na pesquisa e análise de documentos com as questões redigidas para a realização deste trabalho de investigação.

Para além desta correspondência pretende-se realizar um resumo e análise crítica dos assuntos abordados com o objetivo de auxiliar a responder às questões derivadas e subsequentemente responder à questão central.

Assim, no que diz respeito à doutrina, o Exército Português iniciou um processo de reorganização no início da década de 30, contudo este só terminou na década de 60, adotando, por fim, uma doutrina que visava uma tipologia de guerra subversiva, tendo a província de Angola como um laboratório experimental.

Com a resposta aos atos de violência ocorridos em Angola, foram desenvolvidas um conjunto de ações militares que possuíam características típicas da doutrina convencional, contudo os militares já possuíam algum treino de contra insurreição.

Esta nova doutrina recorria ao emprego de pequenas unidades de infantaria ligeira de modo a manter uma constante presença em todo território, e assim garantir uma constante pressão sobre as forças inimigas de modo a eliminá-las, bem como a cortar o apoio que a população lhes prestava.

Para desempenhar estas missões foi adotada a companhia como o escalão elementar, pois seria a unidade mínima com capacidades de executar ações de contra insurreição e ação psicossocial na sua zona de ação.

Examinando a doutrina do Exército Português, da época, é possível responder à primeira questão derivada “*Qual a doutrina em vigor para uma unidade de escalão companhia?*”.

Com base nos conhecimentos de outros exércitos, foi criada uma doutrina de guerra contra subversiva, sendo constantemente atualizada. Esta englobava ações que possibilitavam a uma companhia hostilizar o inimigo e, em simultâneo, agir sobre a população de modo a melhorar as suas condições de vida. Estas ações eram desenvolvidas no interior da quadrícula da companhia o que permitia uma maior presença junto das

populações, um maior conhecimento do território que lhe competia e assim cumprir com mais eficácia as suas missões.

Com a adoção de uma nova doutrina foi provocada uma alteração nas CCaç que, inicialmente possuíam uma constituição ternária, isto é, uma companhia era constituída pela secção de comando e três pelotões de caçadores, com equipamento e armamento obsoleto e desadequado, o uniforme não estava preparado para o conflito e o armamento era constituído por armas de repetição e algumas armas automáticas, provenientes dos Estados Unidos da América.

Consequentemente, as companhias sofreram um reajustamento, alterando a sua composição para uma composição quarternária, ou seja, passaria a possuir na sua orgânica quatro ou mais pelotões de caçadores.

Quanto ao seu equipamento, já possuíam um uniforme adequado para o combate nas colónias, o camuflado, bem como algum equipamento individual, como o capacete. No que diz respeito ao armamento, este foi substituído, essencialmente por razões políticas, de armas de repetição por armas automáticas, bem como a aquisição de metralhadoras ligeiras, adquiridas à Alemanha.

Tendo em conta as alterações descritas anteriormente, torna-se possível responder à segunda questão derivada *“Quais as adaptações que foram realizadas após a introdução da nova doutrina para uma unidade de escalão companhia?”*.

A nova doutrina provocou uma reestruturação nas companhias para combater contra as ações de insurreição, para tal foi necessário adquirir armamento e equipamento aligeirado adequado. Apesar de o Exército Português já possuir armas automáticas, as que foram adquiridas eram todas do mesmo calibre, o que facilitava a nível logístico.

Considerando a reorganização que o Exército foi obrigado a realizar pelas características próprias do conflito e também as características dos teatros de operações, conferiu às CCaç uma maior capacidade de manobra e mobilidade e, deste modo, poderia empregar os seus grupos de combate na sua zona de ação.

O novo armamento conferia a capacidade de executar maior poder de fogo num conflito marcado por vezes pelas curtas distâncias e pela discrepância de efetivos entre as forças militares e as forças inimigas, mas acima de tudo era mais ligeiro. No que diz respeito ao equipamento, a receção de viaturas permitiu um pouco mais de mobilidade às companhias.

O Exército Português, para fazer face às ações desenvolvidas pelo inimigo, criou medidas de alteração de doutrina e substituição de equipamento, que por si só, não se constituíram em medidas suficientes.

Para tal, necessitou-se de adotar um conjunto de ações que compartilhasse princípios idênticos às ações do inimigo, como por exemplo a surpresa, a violência e a rapidez na ação.

Considerando as linhas gerais das ações executadas na Guerra Colonial, o Exército Português efetuava as seguintes ações principais: defesa de pontos sensíveis, proteção de itinerários, patrulhamentos, limpeza de uma zona/povoação, golpes de mão e emboscadas.

Contudo, a experiência de combate obrigava a fazer adaptações de diversa ordem, forma de atuar, o emprego de armamento e como reagir ao inimigo.

Deste modo, torna-se possível responder à quarta questão derivada “*Quais as técnicas, táticas e procedimentos utilizadas para uma unidade de escalão companhia?*”.

Quando se iniciava o planeamento de uma companhia tornava-se necessário determinar os pontos sensíveis presentes na sua zona de ação de modo que fosse possível garantir a posse deste e/ou defendê-lo negando o acesso ao inimigo. Para tal era preponderante proceder a trabalhos de organização de terreno, isto é, construir medidas de segurança passivas.

Por sua vez, também era possível, uma companhia garantir segurança aos itinerários pertencentes à sua área de responsabilidade, geralmente esta tipologia de ação era realizada quando era necessário proteger viaturas.

No quotidiano das CCAç, estas realizavam patrulhamentos constantes na sua área de responsabilidade de modo a adquirir informações sobre o inimigo, mas acima de tudo, permitia manter um contato assíduo com a população e exercer uma ação psicossocial.

Mas uma CCAç também executava ações de combate tais como uma limpeza de zona/povoação. Esta ação consistia em executar um assalto a uma zona/povoação que aquartelasse elementos inimigos de modo que fosse possível recolher elementos de informação para ações futuras e também para flagelar o inimigo.

Outra ação ofensiva era o golpe de mão, esta era desencadeada sobre um objetivo em que as informações sobre o inimigo fossem o mais precisas e fiáveis possíveis, procurando sempre manter o segredo e o fator surpresa e executar de forma violenta.

Por último, outra ação que as CCaç poderiam executar era a emboscada, baseada nos mesmos princípios do golpe de mão, diferenciando-se deste pelo facto de pretender atacar os elementos inimigos em movimento.

As ações descritas anteriormente consistem linhas gerais redigidas nos manuais publicados para a nova doutrina, para orientarem os comandantes nas ações a desenvolver pela sua companhia. No entanto estas ações teriam de ser adaptadas de acordo com alguns fatores, ou seja, adaptar a teoria à prática.

Deste modo torna-se viável responder à última questão derivada “*Que tipo de operações efetivamente foram utilizadas por uma unidade de escalão companhia?*”.

No que diz respeito a uma companhia de caçadores poder-se-iam realizar operações com o objetivo de eliminar o inimigo e/ou recolher informações, contudo estas teriam de ser adaptadas de acordo com o terreno, IN, e possibilidades da companhia.

Deste modo, as CCaç desempenhavam na sua maioria, ações de emboscada, golpes de mão e patrulhamentos, uma vez que eram as que permitiam flagelar, eliminar elementos inimigos e também recolher informações sobre estes.

Para além destas ações, uma companhia também executava ações psicossociais procurando melhorar as condições de vida da população em diversos sectores, como por exemplo a nível económico, através de diversas iniciativas, bem como para ganhar a sua confiança, de modo a associarem-se à causa das forças militares.

Uma vez respondidas as questões derivadas, torna-se possível direcionar as suas respostas, bem como os resultados do trabalho de campo, e responder à questão central deste trabalho de investigação que consiste “*Quais as opções de emprego tático possíveis de uma companhia de infantaria no âmbito da guerra contra subversiva no TO de Angola no conflito ultramarino de 1960-75?*”.

Com a adoção de uma nova doutrina, tornou-se necessário manter as CCaç a exercer uma constante pressão sobre o inimigo, através de uma nova organização, novos equipamentos e armamento que conferiam maior e melhor capacidade de resposta.

Contudo, as ações desenvolvidas por uma CCaç podem ser analisadas de duas perspetivas, as ações ofensivas e a ação psicossocial.

Da perspetiva de ações ofensivas, uma CCaç executava principalmente ações ofensivas, como por exemplo golpes de mão e emboscadas com o objetivo de recolher informação através da captura de membros inimigos importantes, mas acima de tudo visava quebrar a iniciativa às forças inimigas.

Já na perspectiva das ações psicossociais, as CCaç executavam principalmente patrulhamentos, pois possibilitava garantir a segurança dos itinerários, mas principalmente permitia contactar as populações e assim ter a perceção das necessidades destas, garantindo-lhes segurança e ainda convencer as populações refugiadas a regressar às suas terras.

Deste modo, é possível concluir que uma CCaç, no âmbito da contra subversão em Angola, poderia ser empregue taticamente em ações ofensivas, golpes de mão e emboscadas, e ações psicossociais.

Bibliografia

- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2010). *Os Anos da Guerra Colonial 1961.1975*. Lisboa: QuidNovi.
- Alves, J. L. (2010). Subversão e Contra-subersão - As Forças Armadas portuguesas em 1961. (E. d. militar, Ed.) *Revista Militar nº12*, pp. 1289-1315.
- Batalhão de Caçadores 1866. (s.d.). *História da Unidade*.
- Batalhão de Caçadores 357. (s.d.). *Batalhão de Caçadores 357 Angola 1962-64*. s.d.
- Batalhão de Caçadores 3831. (s.d.). *Angola 71.73 História da Unidade*.
- Batalhão de Caçadores 455. (s.d.). *História da Unidade*. Angola.
- Batalhão de Caçadores 88. (s.d.). *Historia da Unidade desde 13 de maio a 16 de outubro de 1961*. Angola.
- Batalhão de Caçadores 88. (s.d.). *Historia da Unidade desde 13 de maio a 16 de outubro de 1961*. Angola.
- Batalhão de Caçadores nº159. (s.d.). *Batalhão de Caçadores nº159 1961-1962-1963*.
- Cann, J. P. (1998). *Contra-Insurreição em África, 1961-1974 O modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena.
- Cardoso, P. (2004). *As informações em Portugal* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda / Instituto da Defesa Nacional.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Invetigação - Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Estado-Maior do Exército. (1966a). *volume I - Generalidades*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército. (1966b). *Volume II - Operações contra bandos armados e guerrilhas*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército. (1966c). *volume III - Acção Psicológica*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército. (1970). O caso de Angola. *Cadernos Militares nº6*.
- Estado-Maior do Exército. (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* (Vol. 1º Enquadramento geral). Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército. (1990). *Subsídio para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: EME.

- Estado-Maior do Exército. (1998). *Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* (1ª Edição ed., Vols. 6º Volume - Aspectos da Actividade Operacional). Lisboa: EME.
- Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Investigação da concepção à realização*. Loures: Lusocência.
- Garcia, F. M. (1997). *Guiné 1963-1974: Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português*. Porto: Universidade Portucalense.
- Governo de Angola. (2011). *O País*. Obtido em 19 de Fevereiro de 2012, de Portal Oficial do Governo de Angola: <http://www.governo.gov.ao/opais.aspx>
- Guerra Colonial. (2012). *Armas existentes antes de 1961*. Obtido em Junho de 2012, de Guerra Colonial: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=165>
- Infopédia. (2012). *Acto Colonial*. (P. Editora, Ed.) Obtido em Junho de 2012, de Infopédia: [http://www.infopedia.pt/\\$acto-colonial-1930](http://www.infopedia.pt/$acto-colonial-1930)
- Kitson, F. (1971). *Low Intensity Operations*. London: Faber and Faber.
- Neves, J. (1996). «Mama Sume!». In J. F. Antunes, *A guerra em África (1961-1974)* (pp. 387-400). Lisboa: Temas e Debates, Lda.
- Nunes, A. P. (2002). *Angola 1961-74 - Vitória Militar no Leste*. Lisboa: TRIBUNA DA HISTÓRIA.
- Nunes, L. F. T. (1999). A caracterização do mundo no pós II Guerra Mundial. *Boletim IAEM N°49*, pp. 24-35.
- Oliveira, H. d. (1962). *A batalha da Certeza (acção psicossocial)*. (H. d. Oliveira, Ed.) Lisboa.
- Oliveira, H. d. (1965). *Guerra Subversiva Subsídios para uma estratégia de reacção*. Lisboa: Liga dos Combatentes.
- Organização das Nações Unidas. (1945). Carta das Nações Unidas. São Francisco.
- Pinto, N. T. (2011). *Dias de Coragem e de Amizade*. Lisboa: A Esfera do livro.
- Pinto, P. (s.d.). A Experiência de todos para todos nº11. (P. Teixeira, Ed.) *A Experiência de todos para todos*.
- Quivy, R., & Campenhoundt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, B. (1996). Do princípio ao fim. In J. F. Antunes, *A guerra em África (1961-1974)* (pp. 103-112). Lisboa: Temas e Debates, Lda.

- Teixeira, P. (s.d.). Resumo de ensinamentos colhidos desde do inicio das operações. (3. R. QG/RMA, Ed.) *A Experiência de todos para todos nº10*.
- Teixeira, R. d. (2010). *A Guerra de Angola 1961-1974*. Matosinhos: QuidNovi.
- Telo, A. J., & Álvares, M. (2004). *Armamento do Exército Português Vol. I - Armamento Ligeiro*. Lisboa: Prefácio.
- Waals, W. V. (1993). *Portugal's war in Angola 1961-1974*. Capa Town: Ashanti Publishing.

Apêndices

Apêndice A

Organização de uma Companhia de Caçadores

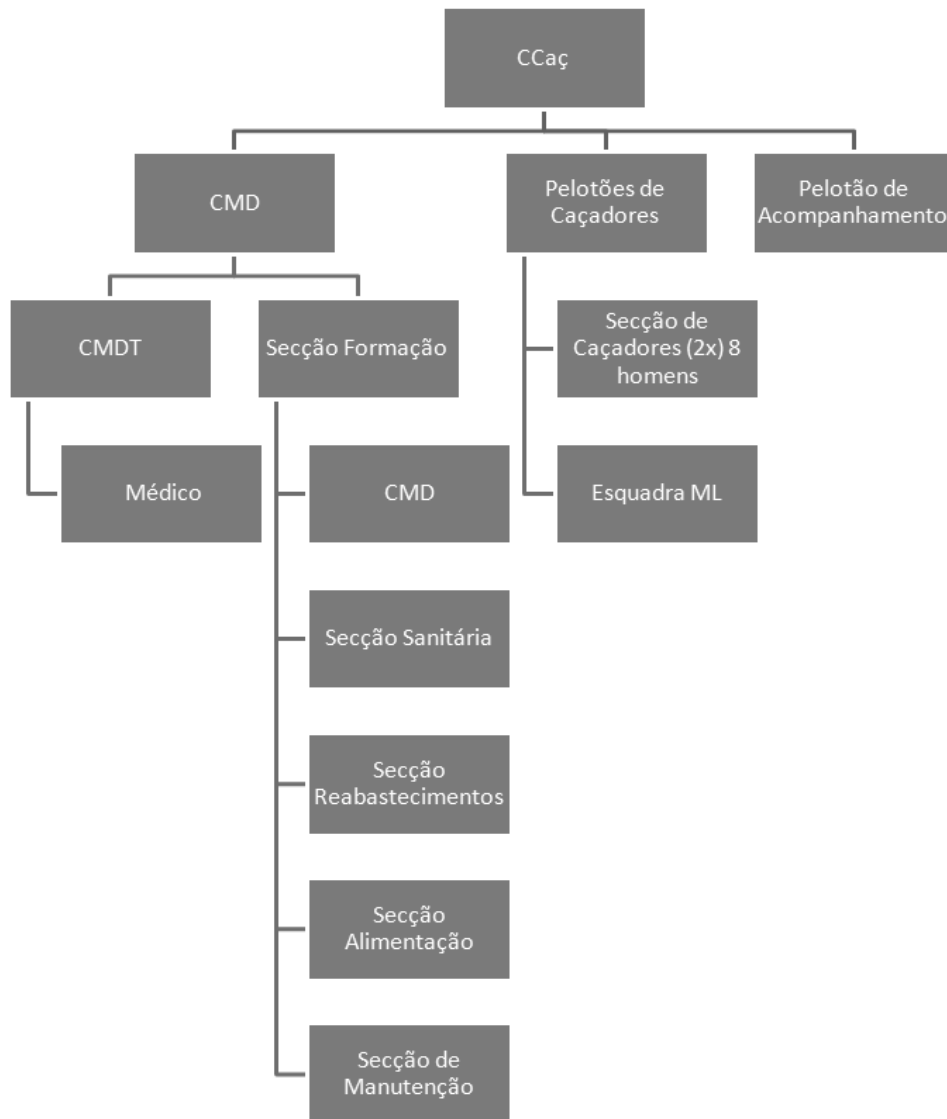


Fig. 1 - Organização de uma companhia

Anexos

Anexo A

Art.º 73 da Carta das Nações Unidas

CAPÍTULO XI

DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS SEM GOVERNO PRÓPRIO

ARTIGO 73 - Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim, se obrigam a:

a) Assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso;

b) Desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento;

c) Consolidar a paz e a segurança internacionais;

d) Promover medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar uns com os outros e, quando for o caso, com entidades internacionais especializadas, com vistas à realização prática dos propósitos de ordem social, econômica ou científica enumerados neste Artigo; e

e) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro caráter técnico, relativas às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não

estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os Capítulos XII e XIII da Carta.
(Organização das Nações Unidas, 1945)

Anexo B

Altimetria de Angola

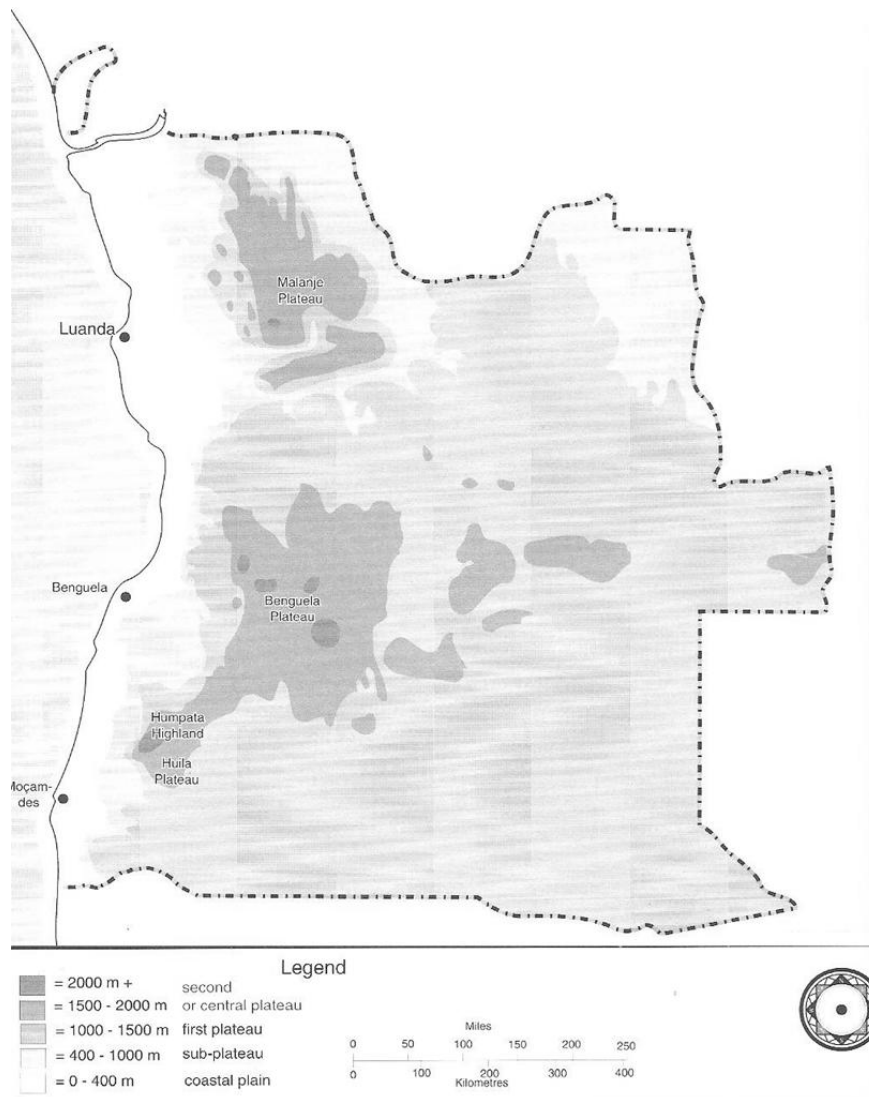
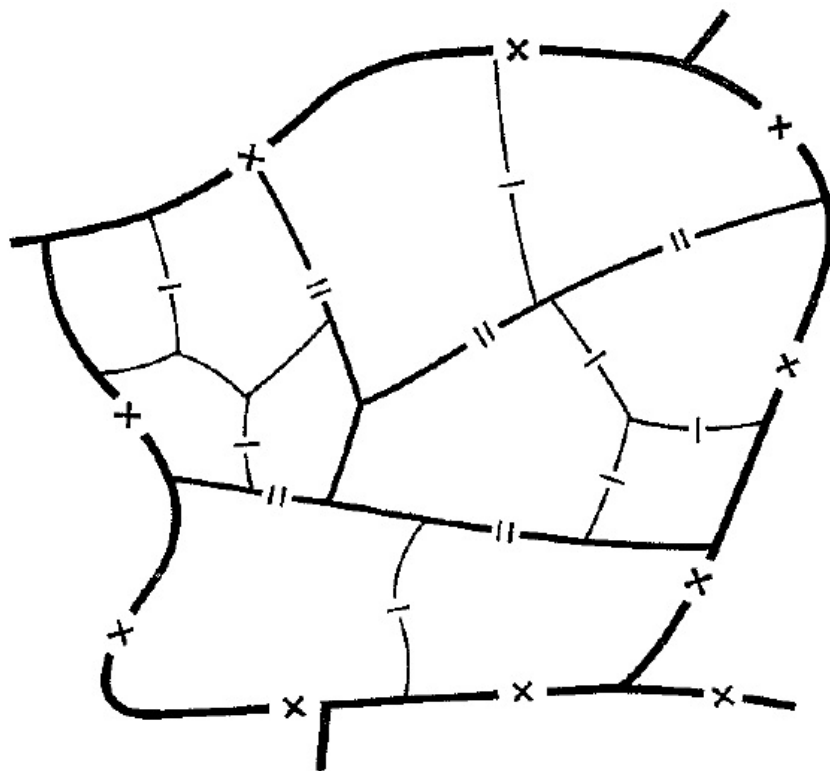


Fig. 2- Altimetria de Angola

Fonte: (Waal, 1993, p. 8)

Anexo C

Quadrícula



SECTORES

Agrupamento com 4 Batalhões em quadrícula. — Batalhões com 2, 3 ou 4 Companhias em quadrícula.

Fig. 3 - Sistema de Quadrículas
Fontes: (EME, 1966b, 1ªP., Cap. IV, p.15)

Anexo D

Armamento anterior à Guerra Colonial



Fig. 4 – Espingarda 7,92mm m/937 Mauser

Fonte:http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 5 - Metralhadora ligeira 7,92 mm m/938 Dreyse

Fonte:http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 6 - Metralhadora ligeira 7,9mm m/930-41 Madsen

Fonte:http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012

:



Fig. 7 - Metralhadora 7,92mm m/938 Breda

Fonte:http://www.guerracolonia.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 8 - Metralhadora pesada 12,7mm M/955 Browning M2

Fonte:http://www.guerracolonia.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 9 - Morteiro Ligeiro 60mm M2 M/965

Fonte:http://www.guerracolonia.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 10 - Morteiro 81mm

Fonte:http://www.guerracolonia.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012

Anexo E

Armamento após o início da Guerra Colonial



Fig. 11 - Espingarda 7,62 m/961 G3

Fonte:http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 12 - Espingarda de Assalto 7,62 M/961 FN FAL

Fonte:http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 13 - Espingarda de Assalto 7,62mm m/961 AR-10

Fonte:http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 14- Metralhadora Ligeira 7,62mm m/963 HK21

Fonte: (Telo & Álvares, 2004, p. 205)

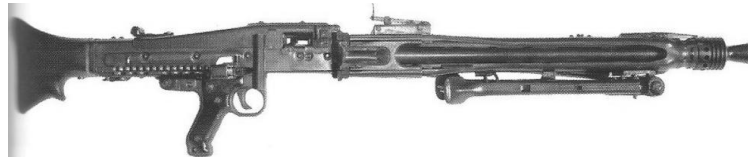


Fig. 15 - Metralhadora 7,62mm m/962 MG42

Fonte: (Telo & Álvares, 2004, p. 201)



Fig. 16 - Pistola-metralhadora 9mm m/948 FBP

Fonte: http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 17 - Pistola-metralhadora 9mm m/961 UZI

Fonte: http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012



Fig. 18 - Pistola 9mm m/961 Walther

Fonte: http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/armas/infantaria/infantaria.swf;
retirado: Julho, 2012

Anexo F

Ação Psicossocial

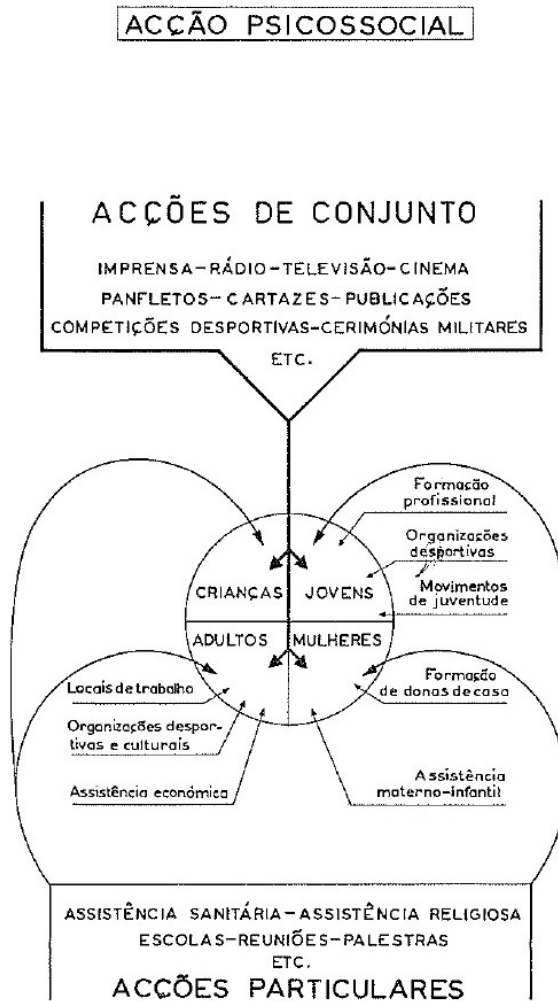


Fig. 19 - Ação Psicossocial

Fonte: (Estado-Maior do Exército, 1966c, Cap. II, p. 6)

Anexo G

Missões de unidades de quadrícula e de intervenção

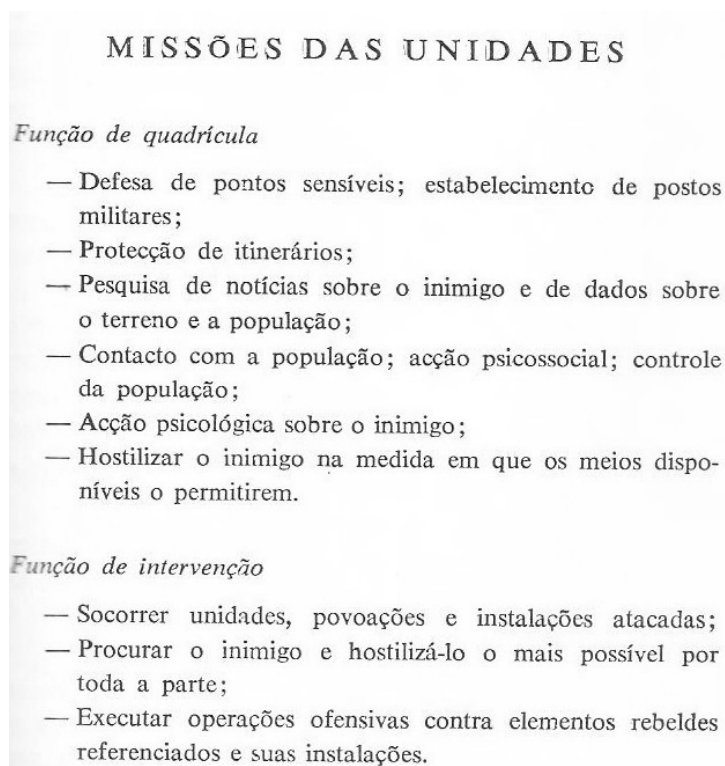


Fig. 20- Missões das unidades

Fonte: (EME, 1966b, 1ªP, Cap. IV, p.28)

Anexo H

Apoio às Populações

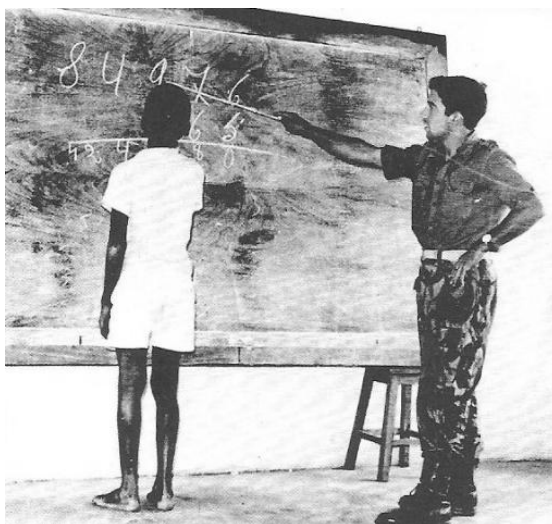


Fig. 21 - Apoio educacional

Fonte: (Afonso & Gomes, 2010, p. 629)



Fig. 22 Melhoria das condições de vida

Fonte: (Nunes A. P., 2002, p. 55)



Fig. 23 - Melhoramento das condições de vida

Fonte: (Nunes A. P., 2002, p. 55)



Fig. 24 - Apoio Sanitário

Fonte: (Afonso & Gomes, 2010, p. 410)